

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

PRESIDENTE

José Carlos Oliveira

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO

Larissa Andrade Mora

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Luiz Cláudio Sena Santos

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Omar Ney Nogueira Morais

EQUIPE TÉCNICA

Cristiani da Silva Botelho de Andrade

Daniel Leitão da Costa

Edna Maria da Cruz Duarte de Almeida

Elaine Cristina Rodrigues

Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça

Igor Ian Leão Teixeira

Josbete Monsueth Alves dos Santos

Juliana Faustino Veiga Neves

Leonardo de Sousa Oliveira

Roberson Coelho de Abrantes

Sandra da Silva Lopes

Sérgio de Almeida Otoni

Vanderlei Padilha de Almeida

Venússia de Paula Costa



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

SUMÁRIO

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
1.1. Declaração do Contador	9
1.2. Balanço Patrimonial	10
1.3. Demonstração das Variações Patrimoniais	13
1.4. Balanço Orçamentário	16
1.5. Balanço Financeiro	19
2. INFORMAÇÕES GERAIS	20
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	32
4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	36
Nota 1 – Ativo	36
Nota 2 - Ativo Circulante	36
Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	37
Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créd. Dano ao Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo	38
Nota 5 - Ativo Não Circulante	50
Nota 6 - Imobilizado	50
Nota 7 - Passivo	53
Nota 8 - Passivo Circulante	54
Nota 9 - Passivo Não Circulante	56
Nota 10 - Passivo Contingente	57
Nota 11 - Receita da Folha de Benefícios	57
Nota 12 - RPV e Precatórios	59
Nota 13 - Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)	60
Nota 14 - Juros em decorrência do Termo de Acordo	61
Nota 15 - Balanço Orçamentário	67
Nota 16 - Restos a Pagar	84



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

LISTA DE SIGLAS

APS	Agência da Previdência Social
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DVP	Demonstração da Variação Patrimonial
DIROFL	Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
DGPA	Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração
EPU	Encargo Previdenciário da União
IAPAS	Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISF	Indicador de Superávit Financeiro
ISF 'F'	Indicador de Superávit Financeiro - Financeiro
ISF 'P'	Indicador de Superávit Financeiro - Permanente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPS	Regime Geral de Previdência Social



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

RMV	Renda Mensal Vitalícia
SGPIWEB	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA	Sistema Orgânico de Gestão de Documentos de Arquivo
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIRC	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação das Despesas com EPU e LOAS	21
Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício	22
Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Administrados pelo INSS	24
Tabela 4 - Valores Pagos por Ação do Governo	26
Tabela 5 - Ativo – Composição do INSS	36
Tabela 6 - Ativo Circulante – Composição	37
Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo – Composição	37
Tabela 8 - Tabela 8 - Memória de Cálculo.....	39
Tabela 9 - Cálculo do Ajuste para Perdas de 2021 - Curto Prazo	39
Tabela 10 - Ajuste de Perdas Dano ao Patrimônio de Curto Prazo de 2021	40
Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas de 2021 - Longo Prazo.....	41
Tabela 12 - Ajuste Perdas Dano Patrimônio Longo Prazo - Demais Gerencias INSS - 2021	42
Tabela 13 -Ativo Não Circulante – Composição do INSS.....	50
Tabela 14 - Imobilizado – Composição	51
Tabela 15 - Bens Móveis – Composição.....	51
Tabela 16 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição.....	53
Tabela 17 - Passivo – Composição do INSS.....	53
Tabela 18 - Passivo Circulante – Composição do INSS	54
Tabela 19 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes	55
Tabela 20 - Composição do Passivo Não Circulante	56
Tabela 21 - Ações Tratadas no Âmbito do INSS	57
Tabela 22 - Receita do Leilão – por Cód. de Recolhimento – 2021 e 2020.....	58
Tabela 23 - Provisão de Precatórios – Tribunais Federais	60
Tabela 24 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed. – 2021	60
Tabela 25 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas.....	61
Tabela 26 - Valores Detalhados por Espécie de Benefícios.....	62
Tabela 27 - Transferências e Delegações Recebidas.....	62
Tabela 28 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	63
Tabela 29 - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos.....	63
Tabela 30 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas	64



Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Tabela 31 - Transferências e Delegações Concedidas	64
Tabela 32 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	65
Tabela 33 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário	66
Tabela 34 - Resultado Patrimonial do Período.....	66
Tabela 35 - Análise do Resultado Patrimonial do Período	67
Tabela 36 - Apuração do Déficit Orçamentário por Unidade Orçamentária.....	68
Tabela 37 - Conciliação do Déficit Orçamentário.....	70
Tabela 38 - Receita Orçamentária.....	77
Tabela 39 - Despesa Orçamentária.....	79
Tabela 40 - Tipos de Empenhos Emitidos.....	83
Tabela 41 - Créditos Suplementares Abertos no Exercício.....	84
Tabela 42 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados	85
Tabela 43 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Não Processados	90



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS	23
Gráfico 2 - Déficit Orçamentário	69
Gráfico 3 - Evolução Percentual da Inscrição e Execução dos RAP Processados	88
Gráfico 4 - Evolução Percentual da Inscrição e Execução dos RAP Não Processados	92



Declaração do Contador: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Declaração referente às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS codificado no SIAFI 37202 Gestão 57202.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1 – O controle nos processos de crédito por dano ao patrimônio, decorrentes de prejuízos sofridos pela Administração Pública, não são sistêmicos e por conseguinte poderão comprometer a fidedignidade dos registros.

O montante registrado em dezembro de 2021 gira em torno de 688 milhões de reais, com provisão perdas em torno de 631 milhões de reais.

2 – Precatórios e Requisições de Pequeno Valor geridos e executados pelos Tribunais Federais no montante de R\$ 1.468.066.708,44, na qual a setorial contábil do INSS não dispõe de controle sobre execução.

Brasília, 25 de janeiro de 2022.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Omar Ney Nogueira Morais', written over a horizontal line.

Omar Ney Nogueira Morais
CRC nº PR 049079/O-1 T-DF



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 24/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	6.308.830.515,42	4.316.556.872,74	PASSIVO CIRCULANTE	71.157.269.181,41	124.815.479.795,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.845.970.712,87	3.535.722.706,53	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.395.429.826,12	4.417.677.567,26
Créditos a Curto Prazo	420.229.934,75	730.904.379,79	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	425.657.674,58	740.949.456,19	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	59.438.610,73	34.037.007,19
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-5.427.739,83	-10.045.076,40	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.091.540,96	1.090.758,48
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	42.626.213,19	49.921.417,54	Provisões a Curto Prazo	19.383,58	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	66.701.289.820,02	120.362.674.462,99
VPDs Pagas Antecipadamente	3.654,61	8.368,88			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.189.217.666,64	3.174.015.165,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	58.369.977.230,57	56.109.099.313,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	104.337.588,10	72.786.236,75	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	36.668.618,66	18.503.259,93
Créditos a Longo Prazo	104.337.588,10	72.786.236,75	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	58.205.621.785,52	55.755.105.252,30
Demais Créditos e Valores	730.452.821,52	717.436.528,28	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	99.578.404,42	326.976.374,50
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-626.115.233,42	-644.650.291,53	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	28.108.421,97	8.514.426,61
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	129.527.246.411,98	180.924.579.109,26
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2021	2020
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	3.063.662.601,42	3.085.017.463,52	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	138.514.035,01	156.391.318,33	Resultados Acumulados	-120.029.198.229,92	-173.434.007.071,19
Bens Móveis	534.457.593,75	538.014.113,58	Resultado do Exercício	53.432.226.752,46	-64.126.404.859,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-395.943.558,74	-381.622.795,25	Resultados de Exercícios Anteriores	-173.434.007.071,19	-109.371.923.753,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-27.417.911,19	64.321.541,14
Bens Imóveis	2.925.148.566,41	2.928.626.145,19	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	2.925.148.566,41	2.928.626.145,19	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-120.029.198.229,92	-173.434.007.071,19
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	21.217.477,12	16.211.465,06			
Softwares	21.217.477,12	16.211.465,06			
Softwares	21.217.477,12	16.211.465,06			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION 24/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	9.498.048.182,06	7.490.572.038,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.498.048.182,06	7.490.572.038,07

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	5.872.261.510,63	3.566.599.783,29	PASSIVO FINANCEIRO	3.798.821.637,19	3.884.446.506,63
ATIVO PERMANENTE	3.625.786.671,43	3.923.972.254,78	PASSIVO PERMANENTE	126.240.009.584,95	177.618.634.047,02
SALDO PATRIMONIAL	120.540.783.040,08	174.012.508.515,58			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.905.369.692,23	66.919.010.387,32	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.463.448.125,25	1.958.286.589,12
Atos Potenciais Ativos	1.905.369.692,23	66.919.010.387,32	Atos Potenciais Passivos	1.463.448.125,25	1.958.286.589,12
Garantias e Contragarantias Recebidas	166.455.691,16	173.767.485,78	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	1.721.535.784,91	66.728.690.600,09	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.156.482,67	1.156.482,67
Direitos Contratuais	17.378.216,16	16.552.301,45	Obrigações Contratuais	1.462.291.642,58	1.957.130.106,45
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.905.369.692,23	66.919.010.387,32	TOTAL	1.463.448.125,25	1.958.286.589,12

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-62.107.817,74
Recursos Vinculados	2.135.547.691,18
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-11.301.789,79
Previdência Social (RPPS)	-16.654,96
Previdência Social (RGPS)	26.290.797,76
Dívida Pública	-6.419.893,38
Alienação de Bens e Direitos	192.654,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 24/01/2022 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	2.126.802.577,55
TOTAL	2.073.439.873,44



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 24/01/2022	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	912.522.620.241,58	751.399.278.812,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.104.750.832,12	2.046.052.737,91
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3.104.750.832,12	2.046.052.737,91
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	19.174.727,69	28.616.486,18
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	361.124,25	9.977.658,07
Variações Monetárias e Cambiais	6.158.421,95	9.301.663,65
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	12.655.181,49	9.337.164,46
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	787.248.538.557,10	747.534.939.374,00
Transferências Intragovernamentais	787.225.595.032,48	747.503.087.194,02
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	22.943.524,62	31.852.179,98
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	121.900.707.682,91	853.724.318,93
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	126.395,52	662.813,52
Ganhos com Desincorporação de Passivos	121.900.581.287,39	853.061.505,41
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	249.448.441,76	935.945.895,65
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	44.290.427,83	662.236.477,81
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	205.158.013,93	273.709.417,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	859.090.393.489,12	815.525.683.671,91
Pessoal e Encargos	3.863.472.718,36	4.013.330.259,94
Remuneração a Pessoal	3.072.076.465,56	3.227.192.863,49
Encargos Patronais	582.775.284,26	594.413.138,41
Benefícios a Pessoal	159.999.006,36	156.733.186,96
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	48.621.962,18	34.991.071,08
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	73.653.283.269,33	69.696.090.522,36
Aposentadorias e Reformas	5.502.001.479,89	5.964.537.137,66
Pensões	1.904.378.688,10	1.978.409.435,51
Benefícios de Prestação Continuada	66.147.810.141,43	61.561.112.243,58
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	99.092.959,91	192.031.705,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.961.565.663,60	1.761.673.164,76
Uso de Material de Consumo	16.018.994,25	33.991.683,75
Serviços	1.917.133.259,44	1.696.035.076,12
Depreciação, Amortização e Exaustão	28.413.409,91	31.646.404,89
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.451.720.101,06	1.502.217.649,60
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	984.668,62	518.627,20
Variações Monetárias e Cambiais	2.450.735.432,44	1.501.697.763,60
Descontos Financeiros Concedidos	-	1.258,80
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	710.160.544.387,53	675.583.891.216,85
Transferências Intragovernamentais	710.120.676.349,92	675.562.661.322,99
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	15.546.912,92	505.984,63
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	24.321.124,69	20.723.909,23
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	66.879.567.748,35	62.860.823.663,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	27.762.657,91	1.298.185.669,84
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	155.703,34	78.753,37
Incorporação de Passivos	66.543.905.346,46	61.557.677.102,53
Desincorporação de Ativos	307.744.040,64	4.882.138,11



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	33.147.264,13	23.194.228,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.242.496,67	1.333.059,59
Contribuições	31.904.767,46	21.861.168,57
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	87.092.336,76	84.462.966,39
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	19.383,58	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	87.072.953,18	84.462.966,39
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	53.432.226.752,46	-64.126.404.859,24

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 24/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.080.321.311,00	2.080.321.311,00	3.112.222.883,94	1.031.901.572,94
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.042.290.139,00	2.042.290.139,00	3.090.311.512,28	1.048.021.373,28
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6.542.695,00	6.542.695,00	5.364.620,05	-1.178.074,95
Valores Mobiliários	505.248,00	505.248,00	1.771.996,43	1.266.748,43
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	2.035.242.196,00	2.035.242.196,00	3.083.174.895,80	1.047.932.699,80
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	32.403.249,00	32.403.249,00	4.123.282,53	-28.279.966,47
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	32.403.249,00	32.403.249,00	4.123.282,53	-28.279.966,47
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	5.627.923,00	5.627.923,00	17.788.089,13	12.160.166,13
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.205.609,00	5.205.609,00	1.238.788,16	-3.966.820,84
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	286.903,00	286.903,00	4.456.827,86	4.169.924,86
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	135.411,00	135.411,00	12.092.473,11	11.957.062,11
RECEITAS DE CAPITAL	2.993.126.721,00	2.993.126.721,00	-	-2.993.126.721,00
Operações de Crédito	2.993.126.721,00	2.993.126.721,00	-	-2.993.126.721,00
Operações de Crédito Internas	2.993.126.721,00	2.993.126.721,00	-	-2.993.126.721,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 24/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.073.448.032,00	5.073.448.032,00	3.112.222.883,94	-1.961.225.148,06
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	5.073.448.032,00	5.073.448.032,00	3.112.222.883,94	-1.961.225.148,06
DEFICIT			75.192.281.505,80	75.192.281.505,80
TOTAL	5.073.448.032,00	5.073.448.032,00	78.304.504.389,74	73.231.056.357,74
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-600.689.150,00	-	600.689.150,00
Superavit Financeiro	-	68.897.392,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-669.586.542,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	14.539.468.794,00	13.939.196.349,00	78.275.159.903,96	77.850.158.400,58	74.664.898.262,54	-64.335.963.554,96
Pessoal e Encargos Sociais	11.589.061.031,00	10.776.944.585,00	9.435.518.443,40	9.367.229.833,98	8.788.593.907,90	1.341.426.141,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.950.407.763,00	3.162.251.764,00	68.839.641.460,56	68.482.928.566,60	65.876.304.354,64	-65.677.389.696,56
DESPESAS DE CAPITAL	30.356.933,00	29.940.228,00	29.344.485,78	5.849.218,34	5.835.175,84	595.742,22
Investimentos	30.356.933,00	29.940.228,00	29.344.485,78	5.849.218,34	5.835.175,84	595.742,22
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	904.009.461,00	904.009.461,00	-	-	-	904.009.461,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	15.473.835.188,00	14.873.146.038,00	78.304.504.389,74	77.856.007.618,92	74.670.733.438,38	-63.431.358.351,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	15.473.835.188,00	14.873.146.038,00	78.304.504.389,74	77.856.007.618,92	74.670.733.438,38	-63.431.358.351,74
TOTAL	15.473.835.188,00	14.873.146.038,00	78.304.504.389,74	77.856.007.618,92	74.670.733.438,38	-63.431.358.351,74



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	232.618.854,93	308.576.868,63	240.029.008,58	240.023.838,58	246.770.582,23	54.401.302,75
Pessoal e Encargos Sociais	64.539.886,42	23.331.413,33	8.534.564,80	8.534.564,80	68.629.733,43	10.707.001,52
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	168.078.968,51	285.245.455,30	231.494.443,78	231.489.273,78	178.140.848,80	43.694.301,23
DESPESAS DE CAPITAL	12.401.318,37	25.805.573,68	11.811.604,14	11.811.604,14	11.712.733,63	14.682.554,28
Investimentos	12.401.318,37	25.805.573,68	11.811.604,14	11.811.604,14	11.712.733,63	14.682.554,28
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	245.020.173,30	334.382.442,31	251.840.612,72	251.835.442,72	258.483.315,86	69.083.857,03

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20.271.096,89	3.206.917.953,18	3.207.288.946,90	4.623.907,80	15.276.195,37
Pessoal e Encargos Sociais	2.169.045,23	794.025.152,82	794.625.096,64	115.287,27	1.453.814,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18.102.051,66	2.412.892.800,36	2.412.663.850,26	4.508.620,53	13.822.381,23
DESPESAS DE CAPITAL	175.788,09	95.954,76	106.619,84	-	165.123,01
Investimentos	175.788,09	95.954,76	106.619,84	-	165.123,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	20.446.884,98	3.207.013.907,94	3.207.395.566,74	4.623.907,80	15.441.318,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 24/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	3.112.222.883,94	2.096.880.365,58	Despesas Orçamentárias	78.304.504.389,74	74.245.220.452,04
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.241.671.181,35	71.001.772,81
Vinculadas	3.338.177.318,26	2.096.930.745,96	Vinculadas	76.062.833.208,39	74.174.218.679,23
Seguridade Social (Exceto Previdência)	229.039.540,41	44.637.787,48	Seguridade Social (Exceto Previdência)	73.235.577.876,69	65.707.582.501,47
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	1.447.167.282,42	1.206.184.722,85
Previdência Social (RGPS)	-	12.495,13	Dívida Pública	-	5.345.461.578,61
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.109.137.748,76	2.052.279.792,24	Alienação de Bens e Direitos	-	29.827,00
Recursos a Classificar	29,09	671,11	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.380.088.049,28	1.914.960.049,30
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-225.954.434,32	-50.380,38			
Transferências Financeiras Recebidas	786.634.328.468,32	747.057.280.154,57	Transferências Financeiras Concedidas	709.747.818.077,85	675.526.820.062,06
Resultantes da Execução Orçamentária	776.566.450.907,07	725.296.517.214,21	Resultantes da Execução Orçamentária	699.915.747.015,09	653.552.570.568,81
Repasse Recebido	766.222.121.881,20	714.124.992.349,52	Repasse Concedido	689.571.417.989,22	642.381.045.704,12
Sub-repasse Recebido	10.344.329.025,87	11.171.524.864,69	Sub-repasse Concedido	10.344.329.025,87	11.171.524.864,69
Independentes da Execução Orçamentária	10.067.877.561,25	21.760.762.940,36	Independentes da Execução Orçamentária	9.832.071.062,76	21.974.249.493,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.971.354.965,09	20.133.903.208,03	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.536.885.636,32	19.940.223.211,10
Demais Transferências Recebidas	631.043,77	84.030,56	Demais Transferências Concedidas	464.297,29	154.341.610,04
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.095.888.017,61	1.626.773.737,26	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.294.717.594,37	1.879.682.707,60
Movimentações para Incorporação de Saldos	3.534,78	1.964,51	Movimentações para Incorporação de Saldos	3.534,78	1.964,51
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	4.151.004.981,88	3.890.907.528,62	Pagamentos Extraorçamentários	3.534.985.860,21	3.117.803.441,62
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.185.274.180,54	3.207.009.610,13	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.207.395.566,74	2.867.176.307,95
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	448.496.770,82	334.382.442,31	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	251.835.442,72	171.260.581,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	79.064.893,84	38.393.029,06	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	75.754.850,75	79.364.839,83
Outros Recebimentos Extraorçamentários	438.169.136,68	311.122.447,12	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.712,08
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.030,57	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	1.647,08
Arrecadação de Outra Unidade	198.754.844,26	219.202.367,67	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	65,00
Demais Recebimentos	239.411.261,85	91.920.079,45			
Saldo do Exercício Anterior	3.535.722.706,53	3.380.498.613,48	Saldo para o Exercício Seguinte	5.845.970.712,87	3.535.722.706,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.535.722.706,53	3.380.498.613,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.845.970.712,87	3.535.722.706,53
TOTAL	797.433.279.040,67	756.425.566.662,25	TOTAL	797.433.279.040,67	756.425.566.662,25



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

2. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

No exercício de 2014 houve a cisão¹ das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, os Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como alguns benefícios de caráter assistencial, como por exemplo, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Segundo o artigo 20 da LOAS, o BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovarem não possuir meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

¹ Cisão no âmbito do SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Após a promulgação da LOAS, os benefícios Renda Mensal Vitalícia (RMV) e Pensão Mensal Vitalícia (PMV) foram extintos e substituídos pelo BPC, permanecendo em estoque apenas em função dos antigos beneficiários e seus dependentes. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/1974, era concedida aos idosos com mais de 70 anos ou inválidos, que não exercessem atividade remunerada ou não possuíssem rendimentos mensais maiores que 60% de um salário-mínimo, bem como não possuísse outros meios para prover sua subsistência.

A Tabela 1 apresenta a relação das despesas com Encargos Previdenciários da União – EPU e com os Benefícios Assistenciais do LOAS nos Exercícios Financeiros de 2021 e 2020.

Tabela 1 - Relação das Despesas com EPU e LOAS

Orig. Orç.	Natureza Despesa Detalhada	R\$				
		2021		2020		AH (%)
		R\$	AV(%)	R\$	AV(%)	
	Complem. Apos. - Pes. Civil	415.777.812,59	0,62	500.202.548,49	0,79	(16,88)
	Complem. Pensões – Pes. Civil	383.790.791,06	0,57	452.669.984,31	0,72	(15,22)
	Pensões Vitalícias Seringueiros	208.620.093,05	0,31	213.919.879,85	0,34	(2,48)
EPU	Pensões Vítimas de Hanseníase	100.114.817,14	0,15	100.563.546,79	0,16	(0,45)
	Pensões de Anistiados Políticos	89.961.374,07	0,13	86.586.998,14	0,14	3,90
	Pensões Síndrome Talidomida	72.165.212,90	0,11	68.754.078,63	0,11	4,96
	Demais Despesas com EPU	9.267.809,45	0,01	6.391.548,13	0,01	45,00
Total - EPU		1.279.697.910,26	1,90	1.429.088.584,34	2,27	(10,45)
	Benefício ao Deficiente	36.086.269.060,74	53,52	33.581.078.579,47	53,24	7,46
LOAS	Benefício ao Idoso	29.010.293.521,50	43,02	26.845.703.110,34	42,56	8,06
	Renda Mensal Vital. Inval.	961.456.119,80	1,43	1.007.583.037,55	1,60	(4,58)
	Renda Mensal Vital. Idade	89.226.551,23	0,13	110.081.227,50	0,17	(18,94)
	Benef. Mensal Defic e Idoso	-	-	100.214.078,04	0,16	(100,00)
Total - LOAS		66.147.245.253,27	98,10	61.644.660.032,90	97,73	7,30
Total Geral		67.426.943.163,53	100,00	63.073.748.617,24	100,00	6,90

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Compõe o título “Demais Despesas com EPU” na Tabela 1, as seguintes naturezas de despesas: RMV - Pensão Especial Microcefalia, Pens. Graciosas/Indeniz-L. Específicas, 13º Salário - Pensões Civil – EPU, Pens. das Vítimas Hemodiálise-Caruaru, 13º Salário - Pessoal Civil – EPU, Salário-Família Inativo Civil e Pensões Especiais – DEA. Verifica-se nesse título um aumento de 45% quando comparamos os exercícios financeiros de 2021 e 2020.

As despesas com benefícios liquidados pelo INSS no Exercício de 2021 foram de 67,4 bilhões, com um aumento de 6,9% quando comparado com o Exercício de 2020, sendo que 1,90% correspondem aos benefícios com EPU, no montante de 1,3 bilhão e, 98,10%, correspondem aos benefícios com LOAS no montante de 66,1 bilhões.

As quantidades de créditos pagos no Exercício Financeiro de 2021, por espécie de Benefícios com EPU e LOAS, estão discriminadas na Tabela 2. Observa-se que foram pagos 57,8 milhões de créditos com benefícios pelo INSS, um aumento de 0,28% no quantitativo quando comparado com o exercício anterior.

Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício

Discriminação	R\$						AH(%)
	2021			2020			
	Quant. Créd. Pagos	Média	AV(%)	Quant. Créd. Pagos	Média	AV(%)	
LOAS	57.353.826	6.372.647	99,15	57.131.805	6.347.978	99,04	0,39
Rede Ferroviária	353.395	39.266	0,61	406.560	45.173	0,70	(13,08)
Hanseníase (Esp. 96)	58.890	6.543	0,10	62.790	6.977	0,11	(6,21)
ECT	49.484	5.498	0,09	53.010	5.890	0,09	(6,65)
Talidomida	13.739	1.527	0,02	13.598	1.511	0,02	1,04
Estatutário	7.931	881	0,01	8.612	957	0,01	(7,91)
Anistiados	6.619	735	0,01	6.722	747	0,01	(1,53)
Zika (Esp. 60)	2.172	241	-	-	-	-	-
Hemodiálise - Caruaru	545	61	-	556	62	-	(1,98)
Total	57.846.601	6.427.400	100,00	57.683.653	6.409.295	100,00	0,28

Fonte: DATAPREV – Notas Técnicas, janeiro a dezembro/2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Com exceção dos créditos com LOAS e Talidomida, que apresentou um aumento de 0,39% e 1,04% respectivamente, as demais espécies de EPU e LOAS apresentaram redução na quantidade de créditos pagos. Essa redução é esperada no caso dos benefícios com EPU devido às suas características, decorrentes de leis específicas para determinados grupos que, com o passar dos anos, tendem a reduzir devido ao falecimento de seus beneficiários.

Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS



O aumento/redução no montante das despesas com os benefícios assistenciais pagos pelo INSS (LOAS e EPU) são explicados, em parte, pelo reajuste do salário-mínimo de 5,26% ocorridos em janeiro de 2021 por meio da Medida Provisória nº 1021/2020 e pelo aumento na quantidade de créditos pagos desses benefícios.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Órgão Ministério do Trabalho e Previdência, e recebidos pela Setorial Financeira do Órgão Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, Órgão 37904 na estrutura do SIAFI, são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 - INSS para a Setorial Financeira do Órgão 37904 - FRGPS.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS por meio de repasse durante o Exercício de 2021 comparado com o mesmo período do exercício anterior.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Administrados pelo INSS

Tipo de Fonte	Cód. Fonte	Fonte Recursos	R\$				
			2021		2020		AH(%)
			R\$	AV(%)	R\$	AV(%)	
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	54	Recursos do Regime Geral de Previd. Social	458.132.610.383,10	65,63	399.250.828.671,83	61,17	14,75
	88	Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	62.291.782.046,81	8,92	11.527.888,42	0,00	540.257,26
	53	Contribuição Financiamento da Seguridade Social	28.454.732.475,00	4,08	26.941.856.582,69	4,13	5,62
	86	Rec. Vinc. Aplic. Políticas Públicas Específicas	5.512.731.955,00	0,79	10.131.398.751,00	1,55	(45,59)
	40	Contribuições Para os Progrmas PIS/PASEP	9.812.204.841,00	1,41	-	-	100,00
	99	Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal	92.879.750,00	0,01	-	-	100,00
	44	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	-	-	214.612.273.271,21	32,88	(100,00)
Total - Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários			564.296.941.450,91	80,84	650.947.885.165,15	99,74	(13,31)
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	00	Recursos Ordinários	91.212.076.686,91	13,07	200.046.785,03	0,03	45.495,37
	51	Contr. Social s/o Lucro das PJ	41.060.893.179,56	5,88	294.084.383,51	0,05	13.862,28
	56	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	866.618.351,27	0,12	460.820.090,15	0,07	88,06
	69	Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.	580.320.577,09	0,08	745.478.098,49	0,11	(22,15)
Total - Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários			133.719.908.794,83	19,16	1.700.429.357,18	0,26	7.763,89
Total Geral			698.016.850.245,74	100,00	652.648.314.522,33	100,00	6,95

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

As fontes de recursos não exclusivos para pagamento de benefícios previdenciários são os recursos financeiros à disposição do INSS para pagamento de despesas relacionadas com a manutenção da máquina administrativa e pagamento de benefícios assistenciais (LOAS). No Exercício Financeiro de 2021 essas fontes corresponderam a 19,16% do total dos recursos recebidos pelo INSS.

Houve um aumento significativo de 540.257,26%, 45.495,37% e 13.862,28% no total repassado nas fontes “88 - Remuneração das Disponibilidade do Tesouro Nacional, 00 - Recursos Ordinários e 51 - Contribuição Social s/o Lucro das PJ” durante o Exercício de 2021 comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Estrutura Organizacional do INSS

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.610 (um mil seiscientos e dez) unidades de Agências da Previdência Social - APS², 88 (oitenta e oito) unidades de APS de Demandas Judiciais, 6 (seis) unidades de APS Móvel Flutuante, 4 (quatro) unidades de APS Teleatendimento, 7 (sete) unidades de APS Acordos Internacionais, 57 (cinquenta e sete) unidades de Prevcidade, 3 (três) unidades de Atendimento móvel e 2 (duas) unidades de Equipes de Demandas Judiciais .

Para viabilizar o atendimento aos segurados e assistidos, o INSS dispõe nas Agências da Previdência Social, bem como nos canais digitais, um conjunto de bens e serviços, de modo a garantir o reconhecimento do direito e o bom atendimento ao cidadão.

A Tabela 4 evidencia as ações realizadas pelo INSS durante o Exercício Financeiro de 2021. O gasto total nas ações realizadas pelo Órgão no período foi de 78,1 bilhões. As ações mais significativas foram as decorrentes com Benefícios de Prestação Continuada a pessoa com deficiência e a pessoa idosa, que juntas totalizaram 84,45% do total dos gastos.

² Fonte: Divisão de Planejamento e Modernização da Rede de Atendimento/Diretoria de Atendimento do INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 4 - Valores Pagos por Ação do Governo

				R\$
Código Ação	Ação Governo	Valor Pago	AV(%)	
00IN	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa com deficiência	36.978.847.062,58	47,33	
00H5	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa idosa	28.998.214.188,23	37,12	
0181	Aposentadoria e pensões civis da União	5.353.863.103,83	6,85	
20TP	Ativos Civis da União	2.808.736.340,11	3,59	
2000	Administração da Unidade	1.003.803.954,74	1,28	
0536	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação	790.380.748,29	1,01	
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações	624.456.489,19	0,80	
00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadoria	456.198.547,77	0,58	
2292	Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários	363.533.578,28	0,47	
212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares	165.063.942,76	0,21	
2591	Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	164.132.574,11	0,21	
2564	Gestão de cadastros para a previdência social	123.731.102,64	0,16	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos servidores civis e empregados	100.446.539,05	0,13	
2583	Processamento de dados do benefício de prestação continuada	51.937.982,17	0,07	
009K	Complementação de aposentadorias e pensões da extinta RFFSA	37.955.682,77	0,05	
2294	Defesa judicial da previdência social básica	36.903.012,10	0,05	
21C0	Enfrentamento Emerg. Saúde Pública de Importância Intern. Coronavirus	23.917.350,14	0,03	
15OP	Estruturação do Governo Digital	18.640.190,00	0,02	
21AZ	Sist. de Escrituração Digital das Obrig. Fiscais, Prev. e Trab. - eSocial	8.356.579,11	0,01	
2589	Aaliação e operacionalização do benefício de prestação continuada	4.920.983,56	0,01	
21C2	Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	2.790.105,34	-	
2585	Serviço de realibitação profissional	2.525.685,09	-	
4572	Capacitação de servidores públicos Federais em Processo de q.	2.091.736,81	-	
2563	Gestão da melhoria contínua	2.015.508,66	-	
21AX	Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho	1.820.548,65	-	
2562	Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos	1.798.065,11	-	

Fonte: SIAFI e SIOP.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Não constam na Tabela 4 as ações com valores inferiores a um milhão e quinhentos mil reais em decorrência da pouca relevância no total dos gastos. As ações excluídas foram: Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social, Instalação de unidades de funcionamento do INSS, Contribuições a organismos internacionais sem exigência de p. Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a agentes púb., Auditoria Interna, Prevenção e Combate a Corrupção, Ouvidoria, Educação previdenciária e financeira, Desmobilização de imóveis não operacionais do INSS, Reformas e adaptações das unidades do INSS, Representação judicial e extrajudicial da União e suas Autarquias.

Como medidas de combate aos efeitos negativos que a pandemia do coronavírus trouxe à economia e ao bem-estar da sociedade, foram criadas as ações 21C0 - Enfrentamento Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus e 21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Destaca-se também a criação das ações: “2D58 - Auditoria Interna, Prevenção e Combate a Corrupção, Ouvidoria” com o objeto de melhorar a transparência da gestão do setor público e aumentar o estímulo ao controle social; a ação “15OP - Estruturação do Governo Digital” com o objeto de estruturar o governo digital por meio da transformação digital, da simplificação dos serviços públicos, o aumento do compartilhamento de dados dentre outras e a ação “21AX - Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho” com o objetivo de dar suporte ao planejamento, à gestão, ao monitoramento, à avaliação e ao controle das políticas implementadas pela Secretaria Especial de Previdência do Trabalho.

As principais ações realizadas pelo INSS durante o Exercício Financeiro de 2021 estão descritas abaixo:

1) **00H5** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário-mínimo, é atualmente destinada às pessoas com 70 anos ou mais, que já recebiam o benefício (pressuposto



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.

2) **00IN** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV, instituída pela Lei Nº 6.179/74, também no valor um salário-mínimo, é atualmente destinada às pessoas com invalidez, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.

3) **2292** - Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários ao processo de concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos Sistemas localizados nas Gerências, Agências e Empresas Convenentes, e processados pela Empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondência automática ao cidadão. Este conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social e garante os recursos de teleinformática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, COMPREV, CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que possa ser implantado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.

4) **2563** - Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, objetivando prestar serviços de qualidade ao cliente interno e externo, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas. Subsidiar o gerenciamento de processos de negócio na organização, sejam finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleça como base essencial o "foco do cidadão", por meio da realização da modelagem, análise, desenho, transformação de processos e o gerenciamento de desempenho de processos, de custos e de riscos institucionais.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

5) **2583** - A ação destina-se a custear a informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC e à operacionalização da RMV, serviço prestado pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV). A estruturação do banco de dados e processamento dos benefícios compreende desde a inserção dos dados dos requerentes, até o processamento da concessão, manutenção, atualização, pagamento, revisão, avaliação, suspensão e cessação do BPC. Em relação à RMV, o processamento resulta na manutenção ou cessação dos benefícios.

6) **2589** - Os recursos da ação destinam-se às atividades de gestão e operacionalização do BPC e da RMV, incluindo a concessão, a manutenção, a reavaliação das condições que geraram o direito ao benefício, o controle, a fiscalização, a normatização, o acompanhamento, o monitoramento, a análise quantitativa e qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de informações estratégicas, e a operacionalização da RMV e de ações intersetoriais com outras políticas, de modo a garantir e aprimorar os meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios, bem como ampliar a proteção social dos beneficiários.

7) **2591** - O reconhecimento do direito compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento), subsidiariamente procede-se a atualização no CNIS dos dados cadastrais, vínculos e remunerações. Da etapa de decisão advêm os procedimentos de revisão, recurso e manutenção dos benefícios. Além disso, o reconhecimento de direito engloba a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição e a compensação previdenciária envolvendo os regimes próprios de previdência dos entes federativos. O atendimento dos pedidos de benefícios é realizado nas Agências da Previdência Social, sendo tal procedimento agendado através dos canais remotos da Previdência Social via Internet e a Central 135 (telefone) ou através de convênios com sindicatos e empresas, bem como por meio dos acordos internacionais celebrados com diversos países. Os procedimentos decorrentes da solicitação do benefício são informatizados, porém envolvem um conjunto de ações de responsabilidade exclusiva dos servidores, no sentido de dar suporte ao processo decisório. Dessa forma, esta ação envolve:

- a. Deslocamento de servidores para executarem supervisão nas Agências, Gerências-Executivas e Superintendências Regionais;
- b. Reforço de equipes de trabalho em virtude de demanda acima da capacidade operacional das Agências;



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

- c. Realização de reuniões técnicas de supervisão, acompanhamento e orientação nas Agências;
- d. Realização de pesquisas externas para certificação de informações prestadas pelos segurados e empresas;
- e. Realização de eventos relacionados aos procedimentos médico-periciais (perícias médicas ambulatoriais);
- f. Juntas médicas;
- g. Perícias de Pedido de Reconsideração (PR) e Pedido de Prorrogação (PP, perícias médicas domiciliares e hospitalares); e
- h. Deslocamentos para atividade de supervisão técnica e participação em reuniões e fóruns de discussão técnica e pagamento de profissionais e entidades de saúde credenciadas, convocações de servidores para auxiliar nos trabalhos de desenvolvimento dos novos sistemas de cadastro (CNIS) e SIBE.

8) No tocante ao Serviço Social:

- a. São realizados atendimentos técnicos individuais ou em grupo;
- b. Encaminhamento dos usuários aos recursos sociais da comunidade;
- c. Assessoria e consultoria às instituições governamentais e não governamentais;
- d. Estabelecimento de convênios e parcerias com instituições da sociedade civil;
- e. Elaboração de parecer social; e
- f. Realização de cadastros das organizações da sociedade, visitas técnicas domiciliares e institucionais, concessão de recursos materiais e realização de pesquisas sociais, além de desenvolvimento de projetos e participação nos conselhos de direitos.

9) **21C0** - Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do coronavírus.

10) **2D58** - Auditoria interna, prevenção e combate à corrupção, ouvidoria e correição mediante aplicação da transparência na gestão pública e estímulo ao controle social; organização, harmonização e integração das ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal; apuração de possíveis irregularidades cometidas por agentes públicos ou privados na utilização



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

de recursos públicos federais e aplicação das devidas penalidades, firmar acordos de leniência, visando ao aprimoramento do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, promovendo a execução de atividades sensíveis, de inteligência, fiscalização ou investigação, seja de forma isolada ou em parceria com outros órgãos, aplicando os recursos necessários à realização de operações especiais e outras ações de caráter sigiloso no âmbito de atuação da Controladoria-Geral da União. Atuação, de forma preventiva, na promoção da ética e no estímulo à integridade no serviço público e privado, para que seus agentes sempre atuem, de fato, em prol do interesse público. Na esfera internacional, representação do governo brasileiro em foros de discussão sobre temas como combate à corrupção, governança pública e transparência.

11) **15OP** - Estruturação do governo digital e dos serviços compartilhados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, por meio da promoção, coordenação e execução de ações e projetos que objetivem:

- a. a expansão da transformação digital de serviços públicos, de modo a permitir e ampliar aos cidadãos, pessoas jurídicas e entes públicos o acesso aos serviços públicos sem a necessidade de atendimento presencial;
- b. a simplificação de serviços públicos, com foco na experiência do usuário do serviço;
- c. proporcionar a adequada governança e compartilhamento de dados;
- d. a disponibilização, em plataforma única, do acesso a informações e a prestação direta de serviços públicos;
- e. identificar o usuário dos serviços públicos de forma segura, bem como permitir a sua adequada autenticação na plataforma única;
- f. a oferta de plataformas e serviços compartilhados de tecnologia da informação e comunicação;
- g. a promoção e atuação integrada e sistêmica entre os órgãos e entidades envolvidos na prestação dos serviços públicos;

12) **21AX** - Suporte ao planejamento, à gestão, ao monitoramento, à avaliação e ao controle das políticas implementadas pela Secretaria Especial de Previdência de Trabalho. Custeia despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de atividades, inclusive estudos, eventos, fóruns, seminários, oficinas e reuniões, que tenham por



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

objetivo a formulação e o aprimoramento de políticas públicas de previdência e trabalho; realização de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; e demais atividades-meio necessárias ao planejamento e à gestão das ações finalísticas. Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários e trabalhistas, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.

As informações desta Nota Explicativa estão apresentadas da seguinte forma:

- a) Contas Patrimoniais: comparativo dos saldos finais dos exercícios financeiros de 2021 e 2020;
- b) Contas de Resultado: comparativo dos saldos finais dos exercícios financeiros de 2021 e 2020;
- c) A Nota “Receita da Folha de Benefícios” é exceção, pois se refere apenas ao saldo do trimestre em questão (outubro a dezembro de 2021).

O Balanço Orçamentário - BO é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados³.

³ MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 8ª ed. 2019.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte³.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual³.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício³.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos, receitas decorrentes da folha de benefícios, dentre outras, destinadas para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

(b) Demais Créditos e Valores à Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo, relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituíveis e valores



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor que serão realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

Os Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber realizáveis no longo prazo, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial,



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Créditos a Recuperar, Créditos decorrente de Tomada de Contas Especial – TCE e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões e os encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem às obrigações do INSS junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 – Ativo

Essa classe subdivide-se em dois grupos, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Ativo – Composição do INSS

	R\$				
Ativo	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Ativo Circulante	6.308.830.515,42	66,42	4.316.556.872,74	57,63	46,15
Ativo Não Circulante	3.189.217.666,64	33,58	3.174.015.165,33	42,37	0,48
Total	9.498.048.182,06	100,00	7.490.572.038,07	100,00	26,80

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O Ativo apresentou uma elevação horizontal de 26,8%, em virtude da variação positiva do Ativo Circulante (AC) de 46,15%, em consequência, principalmente, da elevação do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa. Já o Ativo Não Circulante, que representa 33,58% da classe, trouxe uma variação positiva de 0,48% entre os períodos analisados, sobretudo pela elevação apresentada no subgrupo do Ativo Realizável a Longo Prazo.

Nota 2 - Ativo Circulante

O Ativo Circulante é composto pelos seguintes subgrupos:



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 6 - Ativo Circulante – Composição

	R\$				
Ativo Circulante	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.845.970.712,87	92,66	3.535.722.706,53	81,91	65,34
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	420.229.934,75	6,66	730.904.379,79	16,93	(42,51)
Estoques	42.626.213,19	0,68	49.921.417,54	1,16	(14,61)
Variação Patrimonial Diminutiva PG	3.654,61	-	8.368,88	-	(56,33)
Total	6.308.830.515,42	100,00	4.316.556.872,74	100,00	46,15

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Em análise, o Grupo apresentou um aumento de 46,15% entre o exercício de 2021 e o exercício de 2020, impactado, principalmente, pela elevação percentual de 65,34% do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, que representa 92,66% do Ativo Circulante, proveniente de um maior aporte de recursos liberados pelo Tesouro Nacional.

Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto pelas contas descritas na tabela abaixo:

Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo – Composição

	R\$				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Adiantamentos Concedidos	86.188.160,35	20,51	374.514.684,97	51,24	(76,99)
Créditos por Dano ao Patrimônio	5.598.142,63	1,33	10.139.422,95	1,39	(44,79)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	4.584.177,50	0,63	(100,00)
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	333.871.371,60	79,45	351.711.170,77	48,12	(5,07)
Ajuste p/ Perdas Demais Créditos e Valores CP	(5.427.739,83)	(1,29)	(10.045.076,40)	(1,37)	(45,97)
Total	420.229.934,75	100,00	730.904.379,79	100,00	(42,51)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

A conta Adiantamento Concedidos, que representa 20,51% do subgrupo, apresentou uma queda horizontal, entre o exercício de 2021 e o exercício de 2020, de 76,99%, em decorrência, principalmente da redução na conta de Adiantamento de 13º salário.

Destaca-se a conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, que representa 79,45% do subgrupo e demonstrou uma queda percentual de 5,07% entre os períodos comparados, em virtude da transferência de saldo da conta Créditos a Receber de Entidades Federais para o FRGPS.

Outra rubrica que merece destaque é Ajuste para Perdas de Demais Créditos e Valores Curto Prazo, que apresentou uma variação horizontal de 45,97% entre os períodos analisados, impactada principalmente pela adoção da metodologia de ajuste para perdas, conforme explicitada na Nota nº 4.

Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créd. Dano ao Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo

Metodologia Utilizada

A Metodologia adotada para o Ajuste de Perdas no INSS foi inspirada na metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, na qual se utiliza uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios. Assim, se inferirá o Percentual de Créditos não Recebidos a ser aplicado sobre o Saldo Final dos Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio Público de Curto e Longo Prazo.

1 - Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas de Curto Prazo

As tabelas seguintes apresentam, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva de Caxias do Sul, com os dados contábeis dos Exercícios de 2018, 2019 e 2020 a serem utilizados como base para constituir o Ajuste de Perdas de 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 8 - Tabela 8 - Memória de Cálculo

							R\$
Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líqu. (B)	Recebimento 2019 (C)	Saldo Final (D)=A+B-C	Percent. Rec.(E)=C/(A+B) (%)	Perc. Não Rec. (F)=100-E (%)
113410103	2019	2.200.505,96	715.918,20	(18.580,90)	2.897.843,26	0,64	99,36
113410104	2019	458.369,92	639.111,23	-	1.097.481,15	-	100,00
113410110	2019	4.947,52	8.539,99	(8.275,16)	5.212,35	61,35	38,65
113410103	2020	2.897.843,26	(2.891.847,46)	(99,93)	5.895,87	1,67	98,33
113410104	2020	1.097.481,15	(978.059,57)	-	119.421,58	0,00	100,00
113410110	2020	5.121,35	(5.121,35)	-	-	-	-
113410103	2021	5.895,87	36.298,19	(40.009,10)	2.184,96	94,82	5,18
113410104	2021	119.421,58	(119.421,58)	-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

O percentual médio de créditos não recebidos de 2018, 2019 e 2020 foi aplicado sobre o Saldo Contábil de 2021 da UG 510907 – Gex em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de CP, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:

Tabela 9 - Cálculo do Ajuste para Perdas de 2021 - Curto Prazo

							R\$
Conta Contábil	Créditos CP 2021 (A)	2019 (%) (B)	2020 (%) (C)	2021 (%) (D)	Média (%) (E)=(B+C+D)/3	Cálculo Ajuste de Perdas de 2021 (F)=A*E/100	
113410103	2.184,96	99,36	98,33	5,18	67,62	1.477,58	
113410104	-	100,00	100,00	-	100,00	-	
113410110	-	38,65	-	-	38,65	-	

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo - Demais Gerências Executivas – INSS

Baseada na metodologia acima, seguem os valores reconhecidos como Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo nas diversas Unidades Gestoras do INSS de 2021.

Tabela 10 - Ajuste de Perdas Dano ao Patrimônio de Curto Prazo de 2021

Nome da UG	Conta de Referência			Total
	113410103	113410104	113410101	
DISTRITO FEDERAL	31.978,73	-	-	31.978,73
TERESINA	-	3.251,14	-	3.251,14
NATAL	-	148.657,98	-	148.657,98
MOSSORO	-	28.763,37	-	28.763,37
JUAZEIRO DO NORTE	423.206,80	2.005.868,67	-	2.429.075,47
CAXIAS DO SUL	1.477,58	-	-	1.477,58
IJUI	-	44.923,56	-	44.923,56
MACEIO	-	170.188,44	-	170.188,44
PETROLINA	-	428.220,04	-	428.220,04
SAO PAULO-LESTE	24.177,88	-	-	24.177,88
ARACATUBA	52.700,29	-	-	52.700,29
CAMPINAS	221.899,21	562.756,57	-	784.655,78
GUARULHOS	-	-	3.157,98	3.157,98
PIRACICABA	-	125.136,75	-	125.136,75
RIBEIRAO PRETO	-	-	9.692,24	9.692,24
SANTOS	90.282,98	29.596,68	-	119.879,66
VITORIA DA CONQUISTA	97.306,09	228.634,33	-	325.940,42
UBERLANDIA	669.020,11	-	-	669.020,11
GOVERNADOR VALAD.	-	22.940,60	-	22.940,60
DUQUE DE CAXIAS	2.326,50	1.575,31	-	3.901,81
Total	1.614.376,17	3.800.513,44	12.850,22	5.427.739,83

Fonte: SIAFI 2021.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021**

2 - Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas de Longo Prazo

É importante destacar que a Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo é a mesma descrita no item 1 desta Nota. Isso se justifica visto que a rotina de contabilização dos recebimentos desses Créditos é efetuada nas Contas Contábeis de Curto Prazo.

O percentual médio de créditos não recebidos de 2018, 2019 e 2020 foi aplicado sobre o Saldo Contábil de 2021 da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de Longo Prazo, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:

Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas de 2021 - Longo Prazo

						R\$
Conta Contábil	Créditos de LP de 2021 (A)	2019 (%) (B)	2020 (%) (C)	2021 (%) (D)	Média (%) (E)=(B+C+D)/3	Cálculo Ajuste de Perdas 2021 (F)=A *E/100
121210403	3.034.827,02	99,36	98,33	5,18	67,62	2.052.297,53
121210404	1.232.396,37	100,00	100,00	-	100,00	1.232.396,37
121210410	5.212,35	38,65	-	-	38,65	2.014,35
Total	4.272.435,74	-	-	-	-	3.286.708,25

Fonte: SIAFI.

Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo - Demais Gerências Executivas no INSS

Baseada na metodologia acima, seguem os valores reconhecidos como Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo nas Diversas Unidades Gestoras do INSS em 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021**

Tabela 12 - Ajuste Perdas Dano Patrimônio Longo Prazo - Demais Gerencias INSS - 2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
COORD.GERAL ORÇ. FINANÇAS E CONTAB.	-	-	-	-	-	-	136.224.487,31	-	-	136.224.487,31
DISTRITO FEDERAL	-	-	6.149.645,50	5.772.288,97	-	-	84.843,71	-	-	12.006.778,18
TERESINA	-	-	-	2.310.197,68	-	-	27.110,41	-	-	2.337.308,09
ARACAJU	-	-	1.058.283,39	1.661.962,32	-	-	270.002,74	-	114.939,39	3.105.187,84
BELÉM	-	492,33	-	809.209,02	-	-	3.657.396,19	-	-	4.467.097,54
MACAPÁ	-	-	-	1.417.226,17	-	-	-	-	-	1.417.226,17
CRICIÚMA	-	-	-	-	-	-	60.367,06	-	-	60.367,06
JOINVILLE	-	-	-	130.139,64	-	-	-	-	-	130.139,64
CHAPECÓ	-	-	-	368.654,15	-	-	-	-	-	368.654,15
CAMPO GRANDE	70.631,52	13.864,64	3.925.893,72	6.535.758,20	-	-	-	-	-	10.546.148,08
DOURADOS	-	-	3.607.146,09	1.141.845,20	-	-	86.511,56	-	-	4.835.502,85
VITÓRIA	-	-	1.869.635,28	2.642.834,33	-	-	-	-	-	4.512.469,61



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
GOIÂNIA	-	-	4.922.211,62	5.283.304,38	-	-	128.067,66	-	-	10.333.583,66
ANÁPOLIS	-	1.178,15	1.522.751,32	9.754.892,47	-	-	79.756,82	-	-	11.358.578,76
RIO BRANCO	-	-	-	716.965,85	-	-	-	-	-	716.965,85
JOÃO PESSOA	-	-	3.150.487,66	5.018.962,39	-	2.153.648,15	10.255,88	-	-	10.333.354,08
CAMPINA GRANDE	-	-	3.437.967,34	2.654.057,95	-	-	84.090,38	-	-	6.176.115,67
SANTARÉM	-	-	-	278.103,60	-	-	405.529,20	-	-	683.632,80
MARABÁ	-	-	-	-	-	-	224.063,31	-	-	224.063,31
MANAUS	58.374,16	197.408,06	1.269.050,11	1.533.326,96	-	-	99.535,66	-	-	3.157.694,95
BOA VISTA	-	-	-	2.240.103,70	-	-	-	-	-	2.240.103,70
PALMAS	-	-	183.976,45	1.851.751,58	-	-	95.040,54	-	-	2.130.768,57
CURITIBA	-	-	973.320,81	3.742.094,72	-	-	115.820,54	-	-	4.831.236,07
PONTA GROSSA	-	-	1.131.476,77	1.761.544,13	-	-	76.410,44	-	-	2.969.431,34
LONDRINA	-	-	1.082.012,99	2.605.632,41	-	-	64.180,77	-	-	3.751.826,17
MARINGÁ	-	-	1.265.313,50	4.724.611,00	-	-	89.573,11	-	-	6.079.497,61



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
CASCABEL	-	5.473.029,11	-	1.968.946,83	-	-	53.487,78	-	-	7.495.463,72
NATAL	-	-	1.887.170,66	7.187.197,47	156.913,87	-	720.305,42	-	-	9.951.587,42
MOSSORÓ	-	-	2.550.048,26	4.199.781,77	-	-	52.740,96	-	-	6.802.570,99
FORTALEZA	-	-	5.214.992,79	15.363.806,47	-	-	823.033,21	-	-	21.401.832,47
JUAZEIRO DO NORTE	-	-	5.546.105,89	10.720.225,04	-	-	452.104,56	-	-	16.718.435,49
SOBRAL	-	-	45.553,53	-	-	-	114.582,11	-	-	160.135,64
PORTO ALEGRE	-	-	-	-	-	-	69.756,79	-	-	69.756,79
CAXIAS DO SUL	-	-	2.052.297,53	1.232.396,37	-	-	2.014,35	-	-	3.286.708,25
NOVO HAMBURGO	4.100,96	-	-	251.838,42	-	-	-	-	-	255.939,38
PELOTAS	-	-	596.238,99	2.408.794,56	-	-	7.802,90	-	-	3.012.836,45
SANTA MARIA	-	-	2.006.825,56	144.616,28	-	-	-	-	-	2.151.441,84
IJUÍ	-	1.820.618,15	2.480.337,11	7.508.017,45	-	-	2.406.703,25	-	-	14.215.675,96
PASSO FUNDO	-	-	320.640,41	717.056,46	-	-	-	-	-	1.037.696,87
CANOAS	-	329.611,65	70.914,94	-	-	-	-	-	-	400.526,59



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
URUGUAIANA	-	133.907,09	-	-	-	-	39.177,13	-	-	173.084,22
CUIABÁ	-	-	2.362.525,42	3.066.080,13	-	-	312.226,74	-	-	5.740.832,29
MACEIÓ	950,07	-	75.140,81	8.679.548,37	-	-	3.689.761,89	-	-	12.445.401,14
RECIFE	133.297,08	1.006,66	57.334,15	871.636,43	-	-	362.062,06	-	-	1.425.336,38
PETROLINA	-	15.606,89	896.737,94	3.448.256,49	-	-	27.887,81	-	-	4.388.489,13
CARUARU	298,93	-	906.100,62	2.499.740,14	-	-	1.967.013,96	-	-	5.373.153,65
GARANHUNS	-	-	1.290,46	3.184.511,07	-	-	5.377.005,79	-	-	8.562.807,32
SÃO LUÍS	3.106,96	-	197.694,15	6.623.374,74	-	-	6.497.857,34	-	-	13.322.033,19
IMPERATRIZ	-	-	571.113,39	1.673.931,75	-	-	989.623,55	-	-	3.234.668,69
SÃO PAULO-CENTRO	61.781,08	-	793.165,36	2.453.643,68	-	-	72.252,26	-	-	3.380.842,38
SÃO PAULO-NORTE	23.436,51	108.324,72	2.898.871,53	625.266,57	-	-	-	-	-	3.655.899,33
SÃO PAULO-SUL	20.132,20	-	286.905,33	264.194,35	-	-	134.493,81	-	-	705.725,69
SÃO PAULO-LESTE	-	-	4.849.736,02	8.007.438,05	-	-	141.332,32	-	-	12.998.506,39
ARAÇATUBA	-	-	1.631.841,88	1.166.860,46	-	-	8.663,44	-	-	2.807.365,78



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
ARARAQUARA	-	41.193,97	2.491.781,22	5.839.967,33	-	-	-	-	-	8.372.942,52
CAMPINAS	-	-	2.423.333,17	5.875.645,88	-	-	3.848,73	-	-	8.302.827,78
GUARULHOS	-	-	138.968,76	15.262,07	-	-	-	-	-	154.230,83
BAURU	-	-	327.153,13	115.080,47	-	-	38.878,80	26.748,00	-	507.860,40
TAUBATÉ	-	21,98	340.817,72	631.586,85	-	-	10.298,79	-	-	982.725,34
OSASCO	670,00	-	3.953.464,79	3.195.782,60	-	-	-	-	-	7.149.917,39
PIRACICABA	-	-	4.388.475,11	1.030.228,62	-	-	-	-	-	5.418.703,73
SOROCABA	-	-	1.193.845,76	48.562,74	-	-	-	-	-	1.242.408,50
PRESIDENTE PRUDENTE	-	-	1.254.256,40	1.609.448,27	-	-	26.870,39	-	-	2.890.575,06
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	-	-	1.028.387,14	10.182,27	-	-	-	-	-	1.038.569,41
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	-	-	1.750.384,77	3.295,83	-	-	77.350,62	-	-	1.831.031,22
JUNDIAÍ	-	-	1.934.328,33	1.503.493,45	-	-	50.228,16	-	-	3.488.049,94
MARÍLIA	1.509,35	-	1.117.231,49	793.172,32	-	-	-	-	-	1.911.913,16
RIBEIRÃO PRETO	-	-	1.794.358,88	1.146.277,16	-	-	57.095,45	-	-	2.997.731,49



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
SANTO ANDRÉ	-	-	3.543.965,05	2.112.033,95	-	-	33.274,72	-	-	5.689.273,72
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	-	28.571,60	1.230.661,59	660.485,06	-	-	-	-	-	1.919.718,25
SANTOS	93.539,37	-	519.650,03	6.284.098,49	28.147,30	-	55.344,11	-	-	6.980.779,30
SÃO BERNARDO DO CAMPO	-	-	3.960.085,92	842.352,52	-	-	26.598,80	-	-	4.829.037,24
SALVADOR	577.483,22	-	-	10.663.758,56	-	-	259.185,45	-	-	11.500.427,23
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	-	-	-	2.315.229,10	-	-	272.138,73	-	-	2.587.367,83
BARREIRAS	-	181.287,29	585.799,11	1.380.123,00	-	-	133.973,92	-	-	2.281.183,32
VITÓRIA DA CONQUISTA	-	-	5.434.024,80	16.550.026,93	-	-	563.592,79	-	-	22.547.644,52
ITABUNA	-	-	3.983.650,48	391.603,00	-	-	1.398.241,84	-	-	5.773.495,32
JUAZEIRO	-	-	-	463.295,06	-	-	288.088,78	-	-	751.383,84
FEIRA DE SANTANA	-	-	1.166.285,19	2.083.769,51	-	-	65.792,61	-	-	3.315.847,31
BELO HORIZONTE	-	-	4.265.003,91	6.106.923,18	-	-	5.123,13	-	-	10.377.050,22
DIAMANTINA	-	-	508.294,27	34.197,34	-	-	67.271,61	-	-	609.763,22
JUIZ DE FORA	-	-	726.682,68	275.425,86	-	-	18.221,17	-	-	1.020.329,71



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
UBERABA	-	-	923.754,79	1.474.274,72	-	-	-	-	-	2.398.029,51
BARBACENA	-	-	1.723.801,35	1.890.395,17	-	-	31.680,31	-	-	3.645.876,83
DIVINÓPOLIS	-	-	4.031.752,76	427.340,95	-	-	-	-	-	4.459.093,71
UBERLÂNDIA	-	-	5.497.735,04	-	-	-	-	-	-	5.497.735,04
GOVERNADOR VALADARES	-	-	-	334.980,03	-	-	-	-	-	334.980,03
MONTES CLAROS	-	-	1.048.024,95	1.168.497,49	-	-	17.877,02	-	-	2.234.399,46
CONTAGEM	-	-	24.229,43	121.473,28	-	-	98.200,64	-	-	243.903,35
OURO PRETO	-	2.204,36	4.745.238,86	3.830.657,04	-	-	-	-	-	8.578.100,26
VARGINHA	-	-	2.046.431,74	1.059.746,38	-	-	-	-	110.445,58	3.216.623,70
POÇOS DE CALDAS	-	-	5.575.391,22	6.372.691,77	-	-	541,88	-	439.330,52	12.387.955,39
TEÓFILO OTONI	-	-	-	3.002.734,72	-	-	114.319,67	-	-	3.117.054,39
COORD. GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS	-	150.017,21	-	-	-	-	-	-	-	150.017,21
PORTO VELHO	-	-	9.122.073,68	2.611.008,97	-	-	208.863,36	-	-	11.941.946,01
RIO DE JANEIRO-CENTRO	683.993,71	596.381,73	8.353.339,37	1.106.997,11	-	-	41.989,50	-	-	10.782.701,42



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
2021

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
RIO DE JANEIRO-NORTE	-	-	-	3.881.874,81	-	-	48.918,56	-	-	3.930.793,37
CAMPOS DOS GOYTACAZES	-	-	645.595,46	3.877.755,86	-	-	97.371,23	-	-	4.620.722,55
PETRÓPOLIS	511.694,13	-	2.011.425,46	702.937,51	-	-	-	-	-	3.226.057,10
DUQUE DE CAXIAS	-	-	377.407,96	1.019.252,30	-	-	154.271,07	-	-	1.550.931,33
VOLTA REDONDA	-	23.832,55	-	435.829,03	-	-	-	-	-	459.661,58
NITERÓI	449.851,16	-	2.311.260,33	3.910.333,91	-	-	21.445,48	-	-	6.692.890,88
TOTAL GERAL	2.694.850,41	9.118.558,14	172.347.107,38	268.432.714,64	185.061,17	2.153.648,15	170.491.830,04	26.748,00	664.715,49	626.115.233,42

Fonte: Siafi 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Nota 5 - Ativo Não Circulante

O Ativo não Circulante é composto pelos subgrupos elencados abaixo:

Tabela 13 -Ativo Não Circulante – Composição do INSS

	R\$				
Ativo Não Circulante	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	104.337.588,10	3,27	72.786.236,75	2,29	43,35
Imobilizado	3.063.662.601,42	96,06	3.085.017.463,52	97,20	(0,69)
Intangível	21.217.477,12	0,67	16.211.465,06	0,51	30,88
Total	3.189.217.666,64	100,00	3.174.015.165,33	100,00	0,48

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

No Ativo Não Circulante, destaca-se o Subgrupo Imobilizado que representa quase a totalidade do Grupo (96,06%) e apresentou um decréscimo horizontal de 0,69% entre o exercício de 2021 e o exercício de 2020. Destaca-se ainda o subgrupo Ativo Realizável a Longo Prazo que apresentou uma variação positiva de 43,35% entre os períodos analisados, impactado pelo crescimento das contas Créditos a Receber pro Erro Administrativo, Dolo, Má-fé e Culpa e pela redução na conta Ajuste de Perdas de Demais Créditos, conforme metodologia descrita na Nota nº 4.

Nota 6 - Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis reconhecidos, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Ao final do exercício de 2021, o INSS apresentou um saldo líquido de R\$ 3,063 bilhões relacionados ao Imobilizado.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Grupo.

Tabela 14 - Imobilizado – Composição

	R\$				
Imobilizado	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Bens Móveis (D+A-B)	138.514.035,01	4,52	156.391.318,33	5,07	(11,43)
Valor Bruto Contábil	534.457.593,75	17,45	538.014.113,58	17,44	(0,66)
Deprec./Amort./Exaus. Acum.Bens Móveis (B)	(395.943.558,74)	(12,92)	(381.622.795,25)	(12,37)	3,75
Bens Imóveis (E=C)	2.925.148.566,41	95,48	2.928.626.145,19	94,93	0,12
Valor Bruto Contábil (C)	2.925.148.566,41	95,48	2.928.626.145,19	94,93	0,12
Total Líquido (F=D+E)	3.063.662.601,42	100,00	3.085.017.463,52	100,00	(0,69)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do INSS, em 2021, totalizaram 138,514 milhões de reais, sendo o seu valor bruto contábil de 534,457 milhões de reais e está distribuído nas contas da tabela a seguir.

Tabela 15 - Bens Móveis – Composição

	R\$				
Bens Móveis	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferram.	46.908.106,66	8,78	44.783.011,04	8,32	4,75
Bens de Informática	204.511.904,84	38,27	206.847.787,50	38,45	(1,13)
Móveis e Utensílios	232.898.821,28	43,58	234.897.152,73	43,66	(0,85)
Material Cultural, Educac. e Comunic.	13.332.067,65	2,49	13.200.783,64	2,45	0,99
Veículos	13.036.000,34	2,44	14.486.764,20	2,69	(10,01)
Armamentos	300,00	-	600,00	-	(50,00)
Demais Bens Móveis	23.770.392,98	4,45	23.798.014,47	4,42	(0,12)
Total	534.457.593,75	100,00	538.014.113,58	100,00	(0,66)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Dos Bens Móveis registrados no INSS, 81,85% referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios, os quais são compostos por Equipamentos de Processamento de Dados e Mobiliários em Geral utilizados para fins administrativos.

Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que, futuramente, vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se operacionais, os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central.

Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores, dirigentes do INSS ou do Ministério da Economia (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

Os Bens Imóveis do INSS, em 2021, totalizaram 2,925 bilhões de reais, de acordo com a Tabela 14, contabilizados, em grande parte, no subgrupo Bens de Uso Especial (97,22%), não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET.

A tabela abaixo demonstra a composição deste subgrupo.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 16 - Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição

	R\$				
Bens de Uso Especial	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)
Imóveis Residenciais / Comerciais	164.292.977,79	5,78	163.936.620,24	5,76	0,22
Edifícios	2.334.747.818,80	82,10	2.337.578.985,78	82,07	(0,12)
Terrenos/Glebas	266.541.305,12	9,37	267.737.824,32	9,40	(0,45)
Armazéns/Galpões/Silos	10.818.093,51	0,38	11.507.262,02	0,40	(5,99)
Estacionamentos e Garagens	4.834.029,18	0,17	4.834.029,18	0,17	-
Lojas	30.357.694,12	1,07	30.357.694,12	1,07	-
Salas e Escritórios	32.238.086,66	1,13	32.238.086,66	1,13	-
Total	2.843.830.005,18	100,00	2.848.190.502,32	100,00	(0,15)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Depreciação

Todo o procedimento para a evidenciação da depreciação de Bens Móveis do INSS é baseado na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão da Adm. Dir. União, Aut. E Fund., disponível no sítio da STN.

Nota 7 - Passivo

Essa Classe subdivide-se nos grupos abaixo:

Tabela 17 - Passivo – Composição do INSS

	R\$				
Passivo	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)
Passivo Circulante	71.157.269.181,41	54,94	124.815.479.795,92	68,99	(42,99)
Passivo Não Circulante	58.369.977.230,57	45,06	56.109.099.313,34	31,01	4,03
Total	129.527.246.411,98	100,00	180.924.579.109,26	100,00	(28,41)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

A classe do Passivo teve uma redução de 28,41% no exercício de 2021 em comparação a 2020, influenciado, em sua maior parte, pela diminuição de 42,99% do Grupo do Passivo Circulante, que representa 54,94% da Classe. O Passivo Não Circulante, que corresponde a 45,06% do Passivo, trouxe uma elevação horizontal de 4,03%.

Nota 8 - Passivo Circulante

Na tabela a seguir, é demonstrado um quadro comparativo dos subgrupos do Passivo Circulante entre o exercício de 2021 e 2020, apresentando o INSS um saldo de R\$ 71,157 bilhões para este grupo.

Tabela 18 - Passivo Circulante – Composição do INSS

	R\$				
Passivo Circulante	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)
Obr. Trab, Prev. e Ass Pag. Cto. Pzo.	4.395.429.826,12	6,18	4.417.677.567,26	3,54	(0,50)
Fornecedores e Contas Pag. Cto. Pzo.	59.438.610,73	0,08	34.037.007,19	0,03	74,63
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.091.540,96	-	1.090.758,48	-	0,07
Provisões a Curto Prazo	19.383,58	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	66.701.289.820,02	93,74	120.362.674.462,99	96,43	(44,58)
Total	71.157.269.181,41	100,00	124.815.479.795,92	100,00	(42,99)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

A diminuição do grupo do Passivo Circulante foi influenciada, principalmente, pela redução de 44,58% do Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo que representa 93,74% do grupo. A redução ocorreu devido à baixa do TED do exercício de 2020, entre INSS e Ministério da Cidadania, ocorrida em junho de 2021.

O Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo tem como principal composição os termos de execução descentralizadas – TED, dentre eles, destacam-se o TED entre o INSS e Ministério da



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Cidadania para execução dos benefícios geridos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e outras despesas de custeio vinculadas aos benefícios assistenciais.

É importante ressaltar que embora o TED componha o passivo do órgão, o mesmo não representa obrigações financeiras do INSS. A baixa do saldo é realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Assistência Social e só pode ser realizado após a prestação de contas do TED.

A tabela a seguir traz as Unidades Gestoras contratantes com valores mais expressivos na rubrica Contas a Pagar Credores Nacionais. A UG da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira concentra o maior valor das operações, 88,11%.

Tabela 19 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes

Unidade Gestora Executora	R\$				
	2021		2020		AH (%)
	Total	AV (%)	Total	AV (%)	
Coordenação de Exec.Orçam. e Financ.	138.568.408,03	88,11	342.369.669,80	96,13	(59,53)
Superintendência Regional Sudeste I	4.384.672,27	2,79	1.873.456,92	0,53	134,04
Superintendência Reg.Norte/C.Oeste	3.525.802,14	2,24	1.168.129,10	0,33	201,83
Gerencia Executiva Rio Janeiro-Centro	3.421.291,26	2,18	3.455.206,26	0,97	(0,98)
Superintendência Regional Sudeste II	2.564.200,96	1,63	1.615.467,94	0,45	58,73
Superintendência Regional Sul	1.976.908,65	1,26	784.653,66	0,22	151,95
Superintendência Regional Nordeste	1.288.205,86	0,82	3.814.758,50	1,07	(66,23)
Gerencia Executiva Teresina	567.862,49	0,36	393,00	-	144.394,27
Gerencia Executiva Duque de Caxias	565.859,90	0,36	620.472,10	0,17	(8,80)
Gerencia Executiva Novo Hamburgo	402.183,88	0,26	437.553,12	0,12	(8,08)
Total	157.265.395,40	100,00	356.139.760,40	100,00	(55,84)

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Nota 9 - Passivo Não Circulante

O INSS apresentou, no exercício de 2021, um saldo de R\$58,370 bilhões de Passivo Não Circulante, totalizando uma evolução de 4,03% em relação ao exercício de 2020, conforme consta na tabela a seguir.

Tabela 20 - Composição do Passivo Não Circulante

	R\$				
Passivo Não Circulante	2021	AV(%)	2020	AV (%)	AH (%)
Obrig. Trab., Prev., Assist. a Pg a LP	36.668.618,66	0,06	18.503.259,93	0,03	98,17
Empréstimo e Financ. a LP	58.205.621.785,52	99,72	55.755.105.252,30	99,37	4,40
Fornecedores a LP	99.578.404,42	0,17	326.976.374,50	0,58	(69,55)
Demais Obrigações a LP	28.108.421,97	0,05	8.514.426,61	0,02	230,13
Total	58.369.977.230,57	100,00	56.109.099.313,34	100,00	4,03

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo, decorrente de reconhecimento de passivos de precatórios efetuados pelos Tribunais Regionais Federais, teve um aumento de 98,17% passando a representar 0,06% do grupo.

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo procedem de Contratos de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução celebrados entre a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999. Esses empréstimos foram destinados a custear o déficit financeiro do INSS. O citado subgrupo apresentou uma variação positiva de 4,40% neste período de 2021 em relação ao ano de 2020, decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, passando a representar 99,72% do Grupo do Passivo Não Circulante.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Com representação no Grupo de 0,17%, o subgrupo Fornecedores a Longo Prazo origina-se de reclassificação do Passivo Circulante, referente às obrigações junto à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, referente à prestação de serviços estratégicos comuns de soluções de tecnologia da informação.

O subgrupo Demais Obrigações a Longo Prazo, em sua maioria, é resultante do reconhecimento dos passivos de Requisição de Pequeno Valor/Precatórios de Pessoal e teve um aumento de 230,13% passando a representar 0,05% do grupo.

Nota 10 - Passivo Contingente

No Passivo Contingente foi previsto o reconhecimento de R\$ 2,31 bilhões conforme tabela abaixo.

Tabela 21 - Ações Tratadas no Âmbito do INSS

		R\$
TEMA	METODOLOGIA DE CÁLCULO	VALOR
BPC IDOSO	NOTA TÉCNICA Nº 34/2021/CGPGSP/DIRBEN-INSS	384.915.912,44
BPC DEFICIENTE	NOTA TÉCNICA Nº 34/2021/CGPGSP/DIRBEN-INSS	1.933.023.439,18
Total		2.317.939.351,62

Fonte: Siafi 2021.

Nota 11 - Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado. Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Até o exercício financeiro de 2009, o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às instituições financeiras. A partir de janeiro de 2010, o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas, visando à melhoria e garantindo a transparência necessária. Realizou-se então o processo licitatório que culminou com a anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente, o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as instituições financeiras remuneravam o INSS estritamente, no tocante aos valores pagos referentes aos benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs, permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrada pelo INSS.

A receita arrecadada é contabilizada, conforme os códigos de cada leilão: 20029 (1º Leilão nº 07/2009), 20042 (Estoque), 20002 (2º Leilão nº 016/2014) e 28969 (3º Leilão nº 016/2019).

A tabela abaixo demonstra a arrecadação da receita do leilão, por código de recolhimento, nos anos de 2021 e 2020.

Tabela 22 - Receita do Leilão – por Cód. de Recolhimento – 2021 e 2020

	R\$				
Código	2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)
20029- 1º Leilão	211.339.193,45	6,85	213.157.689,17	10,76	(0,85)
20042 - Estoque	369.750.806,79	11,99	71.151.704,87	3,59	419,67
20002- 2º Leilão	1.199.390.135,26	38,90	1.266.756.218,93	63,94	(5,32)
28969-3º Leilão	1.302.694.760,30	42,25	430.195.292,01	21,71	202,81
Total	3.083.174.895,80	100,00	1.981.260.904,98	100,00	55,62

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Mesmo com a diminuição dos valores arrecadados na receita do 1º Leilão e do 2º Leilão na ordem de 0,85% e 5,32% respectivamente, devido ao aumento do valor arrecadado na Receita do 3º Leilão e do Estoque, 202,81% e 419,67%, respectivamente, a arrecadação, no ano de 2021, foi 55,62% maior que em 2020.

O aumento de 419,67% na Receita do Estoque (código 20042) se deve a um termo aditivo assinado em junho de 2021, no qual trouxe um reajuste às tarifas de cada lote, o valor médio da tarifa por crédito pago era de R\$ 0,35 até junho de 2021 e passou a ser de R\$ 5,18 a partir de julho de 2021 na vigência deste novo contrato aditivado pelo termo.

Dessa maneira, a arrecadação média mensal, referente ao contrato do estoque, que era de 5,69 milhões de reais passou a ser de 80,61 milhões de reais.

O aumento de 202,81% na Receita do 3º Leilão (28969) decorreu do aumento do número de concessões ocorridas ao longo do ano de 2021 e devido ao número de meses arrecadados, enquanto em 2020, foram apenas dez meses de arrecadação, em 2021, foram os doze meses completos, além da arrecadação sobre aqueles benefícios concedidos em 2020 que continuarão sendo pagos.

Nota 12 - RPV e Precatórios

O pagamento de Precatórios decorrente de ações movidas contra o INSS, advindos da Justiça Federal, é realizado diretamente pelos Tribunais Regionais Federais – TRFs.

Em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União, a obrigação a pagar com sentenças judiciais pelos órgãos da Justiça Federal é registrado no INSS e as despesas com sentenças judiciais, executadas pelos Tribunais Federais, são apropriadas diretamente nas despesas de Classe 3 (variações patrimoniais diminutivas).



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021**

Tabela 23 - Provisão de Precatórios – Tribunais Federais

R\$	
Conta Contábil	Valor Provisionado para 2021
Benefícios Previdenciários - Precatórios	1.549.630.636,39

Fonte: SIAFI 2020.

Tabela 24 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed. – 2021

R\$	
Conta Contábil	VPD – 3º Trimestre 2021
Sentenças Judiciais – Pessoal Ativo – RPPS	331.612.630,31
Sentenças Judiciais – Benefícios a Pessoal	580.827,09
Sentenças Judiciais - Aposentadorias – RPPS	799.758.404,18
Sentenças Judiciais – Pensões – RPPS	60.971.087,26
Sentenças Judiciais - Outros Benef. Prev. – RPPS	47.979.258,47
Sentenças Judiciais - Outros Benef. Assistenciais	6.931.142,40
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PF	77.215.121,30
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PJ	99.573.508,80
Total	1.424.621.979,81

Fonte: SIAFI 2021.

Os Tribunais Federais são responsáveis pelos lançamentos de RPVs e Precatórios Federais. Já o INSS realiza apenas o acompanhamento dos registros e, neste sentido, limita-se a uma análise de classificação contábil verificando a consistência do registro de modo a garantir que a classificação contábil seja adequada à finalidade do FRGPS.

Nota 13 - Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

O principal objetivo da DVP é apurar o resultado patrimonial do período, confrontando as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

A tabela abaixo apresenta os maiores grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas dos exercícios financeiros de 2021 e 2020.

Tabela 25 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas

	R\$				
VPA	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH(%)
Transf. e Deleg. Recebidas	787.248.538.557,10	86,27	747.534.939.374,00	99,49	5,31
Val.Ganhos Ativos e Desinc.Passivos	121.900.707.682,91	13,36	853.724.318,93	0,11	14.178,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.104.750.832,12	0,34	2.046.052.737,91	0,27	51,74
Demais Grupos de VPA	268.623.169,45	0,03	964.562.381,83	0,13	(72,15)
Total	912.522.620.241,58	100,00	751.399.278.812,67	100,00	21,44

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Nota 14 - Juros em decorrência do Termo de Acordo

O Termo de Acordo no Recurso Extraordinário 1.171.152./SC cujo relator foi o Ministro Alexandre de Moraes no qual o INSS comprometeu-se a concluir o processo administrativo de reconhecimento inicial de direitos previdenciários e assistenciais, operacionalizados pelo órgão, nos prazos máximos a seguir fixados, de acordo com a espécie e o grau de complexidade do benefício:

Espécie	Prazo para Conclusão
Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência	90 dias
Benefício Assistencial ao Idoso	90 dias
Aposentadorias, salvo por Invalidez	90 dias
Aposent. invalidez comum e acidentária (após .por incapac.perman.)	45 dias
Salário Maternidade	30 dias
Pensão por Morte	60 dias
Auxílio Reclusão	60 dias
Auxílio doença comum e por acidente de trabalho (auxílio tempor. incapacidade)	45 dias
Auxílio acidente	60 dias



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Na forma da cláusula décima do acordo, o descumprimento dos prazos acarreta ao INSS a incidência de juros de mora. Os juros são aqueles aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária observará o INPC previsto no artigo 41-A, caput §5º, da lei 8.213/91.

Tabela 26 - Valores Detalhados por Espécie de Benefícios

Juros LOAS/EPU			
23 - Pensão por Morte Ex Combatente	190,27	1	190,27
86 - Pensão Vitalícia a Dependentes de Seringueiros	928,73	3	309,58
88 - Benefício de Prestação Continuada a Pessoa Idosa	88.341,55	1.050	84,13
Total Geral	89.460,55	1054	84,88

Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 27 - Transferências e Delegações Recebidas

Subgrupo	R\$				
	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
Transferências Intragover.	787.225.595.032,48	100,00	747.503.087.194,02	100,00	5,31
Outras Transf. e Deleg. Receb.	22.943.524,62	-	31.852.179,98	-	(27,97)
Total	787.248.538.557,10	100,00	747.534.939.374,00	100,00	5,31

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O subgrupo Transferências Intragovernamentais tem origem em transferências de recursos decorrentes de envios financeiros de órgãos da administração pública e por sub-repasses ocorridos entre as Unidades Gestoras do mesmo órgão, destinados a atender as despesas de custeio de LOAS, BPC/RMV e do FRGPS. Se comparado com o ano de 2020, o subgrupo apresentou um acréscimo de 5,31%, atingindo o montante de R\$ 787,248 bilhões, podendo ser



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

explicado, em parte, pelo reajuste do salário mínimo nacional, em janeiro de 2021, na ordem de 5,26%.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo

Tabela 28 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

	R\$				
Subgrupo	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH(%)
Ganhos com Desinc. de Passivos	121.900.581.287,39	100,00	853.061.505,41	100,00	14.189,78
Ganhos com Incorp. de Ativos	126.395,52	-	662.813,52	-	(80,93)
Total	121.900.707.682,91	100,00	853.724.318,93	100,00	14.178,70

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

No subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos são efetuados os registros de prestação de contas de TED (Termo de Execução Descentralizada), destinados ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania; bem como a atualização da dívida de Precatórios e RPV de Pessoal, Benefícios Previdenciários e Terceiros. Esse subgrupo apresentou, em 2021, uma evolução horizontal de 14.189,78% em relação a 2020, decorrente, principalmente, de prestação de contas de Transferência Eletrônica Descentralizada, atingindo o valor de R\$ 121,900 bilhões, acarretando uma progressão de representatividade no Grupo das VPAs de 0,11% em 2020 para 13,36% em 2021.

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Tabela 29 - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

	R\$				
Subgrupo	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH(%)
Expl. de Bens, Dir. e Prest. de Serv.	3.104.750.832,12	100,00	2.046.052.737,91	100,00	51,74
Total	3.104.750.832,12	100,00	2.046.052.737,91	100,00	51,74

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

O subgrupo decorre das variações patrimoniais aumentativas de Aluguéis, Taxas de Uso de Imóveis e do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios, o qual demonstrou um incremento de R\$ 1,058 bilhão, resultando no avanço de 51,74% em relação ao exercício anterior, sendo explicado, em grande parte, pelo aumento das receitas do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios, tema detalhado na Nota 9.

Variações Patrimoniais Diminutivas

A tabela abaixo apresenta os maiores grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas do ano de 2021 comparadas com o exercício de 2020.

Tabela 30 - Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$				
VPD	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH(%)
Transf. e Deleg. Concedidas	710.160.544.387,53	82,66	675.583.891.216,85	82,84	5,12
Benefícios Prev. e Assistenciais	73.653.283.269,33	8,57	69.696.090.522,36	8,55	5,68
Desval. e Perdas Ativ. e Incorp. Pas.Trib.	66.879.567.748,35	7,78	62.860.823.663,85	7,71	6,39
Demais Grupos de VPD	8.396.998.083,91	0,98	7.384.878.268,85	0,91	13,71
Total	859.090.393.489,12	100,00	815.525.683.671,91	100	5,34

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Tabela 31 - Transferências e Delegações Concedidas

	R\$				
Subgrupo	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH(%)
Trasnsf. Intragovernamentais	710.120.676.349,92	100,00	675.562.661.322,99	100,00	5,12
Outras. Transf. e Deleg. Conc.	24.321.124,69	0,00	20.723.909,23	0,00	17,36
Transferências ao Exterior	15.546.912,92	0,00	505.984,63	0,00	2.972,61
Total	710.160.544.387,53	100,00	675.583.891.216,85	100,00	5,12

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

O grupo em questão registra os recursos decorrentes de execução orçamentária e independentes de execução orçamentária, de bens e valores referentes às transações intragovernamentais e intergovernamentais.

No ano de 2021, o subgrupo Transferências Intragovernamentais foi responsável por quase a totalidade do Grupo em análise, apresentando uma evolução de 5,12% em relação ao ano de 2020. Neste período foram transferidos ao FRGPS, aproximadamente R\$ 710,120 bilhões destinados ao custeio de pagamento de Benefícios Previdenciários, Restos a Pagar e COMPREV.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 32 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	R\$				
Subgrupo	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH(%)
Benef. de Prest. Continuada	66.147.810.141,43	89,81	61.561.112.243,58	88,33	7,45
Aposentadorias e Reformas	5.502.001.479,89	7,47	5.964.537.137,66	8,56	(7,75)
Pensões	1.904.378.688,10	2,59	1.978.409.435,51	2,84	(3,74)
Outros Benef. Prev. e Assist.	99.092.959,91	0,13	192.031.705,61	0,28	(48,40)
Total	73.653.283.269,33	100,00	69.696.090.522,36	100,00	5,68

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O subgrupo Benefícios de Prestação Continuada é o que possui maior relevância, atingindo 89,81% do total do Grupo em questão, e se comparado a 2020 demonstra um incremento de 7,45%, justificado, em parte, pelo reajuste do salário-mínimo concedido pelo Governo Federal de 5,26%, por meio da medida Provisória 1021/2020 e do crescimento nas concessões de benefícios no ano de 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário

Tabela 33 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário

	R\$				
Subgrupo	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH(%)
Incorporação de Passivos	66.543.905.346,46	99,50	61.557.677.102,53	97,93	8,10
Desincorporação de Ativos	307.744.040,64	0,46	4.882.138,11	0,01	6.203,47
Reav. Red. Valor Rec. Ajust. p/ Perdas	27.762.657,91	0,04	1.298.185.669,84	2,07	(97,86)
Perdas Involuntárias	155.703,34	-	78.753,37	-	97,71
Total	66.879.567.748,35	100,00	62.860.823.663,85	100,00	6,39

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O Grupo em análise demonstrou um avanço de 6,39% se confrontado com o exercício de 2020, devido, principalmente, ao registro dos TEDs (Termo de Execução Descentralizada), destinados ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, lançados no subgrupo Incorporação de Passivos.

Tabela 34 - Resultado Patrimonial do Período

	R\$
DVP	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	912.522.620.241,58
Variações Patrimoniais Diminutivas	859.090.393.489,12
Resultado Patrimonial do Período (VPAs-VPDs)	53.432.226.752,46

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial-BP.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 35 - Análise do Resultado Patrimonial do Período

	R\$		
DVP	2021	2020	AH(%)
Resultado Patrimonial do Período	53.432.226.752,46	(64.126.404.859,24)	183,32

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

A Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício de 2021 apontou um Resultado Patrimonial superavitário de R\$ 53,432 bilhões, originando em um aumento de 183,32% em comparação ao exercício de 2020, podendo ser justificado pela prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada – TEDs, registrado no subgrupo de VPA Ganhos Com Desincorporação de Passivos.

Nota 15 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário do INSS referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do Exercício Financeiro de 2021 foi elaborado em conformidade ao regime instituído pelo art. 35 da Lei nº 4.320/64, no qual versa que pertencem ao exercício financeiro “as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

O Balanço Orçamentário do INSS, referente ao Exercício Financeiro de 2021, abrange a execução orçamentária da receita e despesa das entidades que compõe a estrutura administrativa do Órgão, composto por mais de 1.800 (um mil e oitocentas) Unidades Gestoras.

No exercício financeiro de 2021, O INSS apresentou um déficit orçamentário no total de R\$ 75.192.281.505,80 (setenta e cinco bilhões cento e noventa e dois milhões duzentos e oitenta e um mil quinhentos e cinco reais e oitenta centavos), enquanto que em 2020 o déficit foi na ordem de R\$ 72.148.340.086,46 (setenta e dois bilhões cento e quarenta e oito milhões trezentos e quarenta mil oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos), representando um aumento de 4,22% de déficit orçamentário, conforme consta na Tabela 35 e Gráfico 02.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 36 - Apuração do Déficit Orçamentário por Unidade Orçamentária

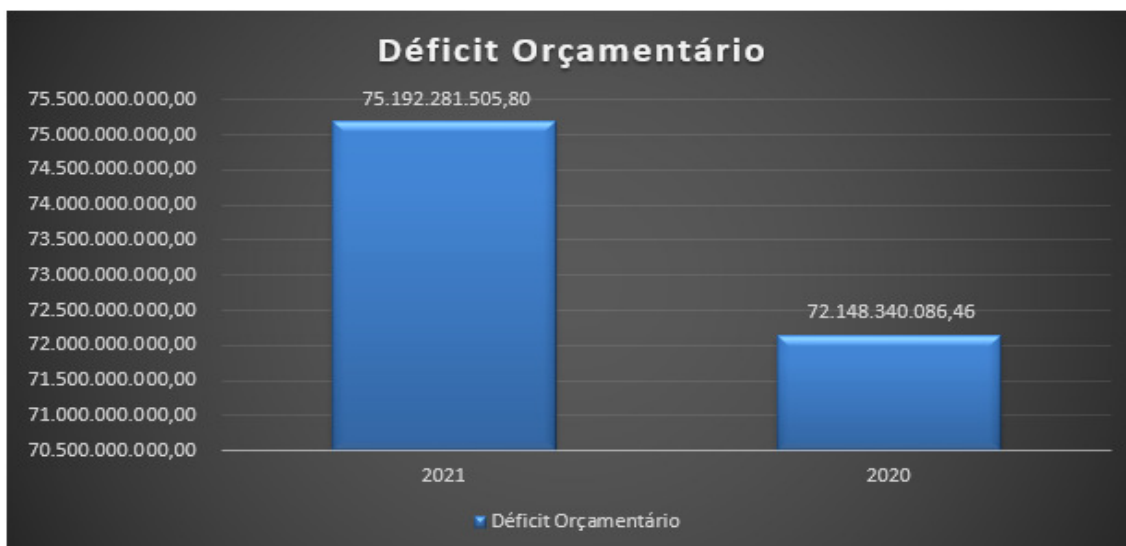
						R\$
Ano	Código da UO	Receita realizada	Despesa Empenhada	Dotação Atualizada	Superávit (Déficit)	
2021	25101	-	16.862.950,37	-	(16.862.950,37)	
2021	25206	-	149.914,32	-	(149.914,32)	
2021	25302	-	46.760,58	-	(46.760,58)	
2021	25303	3.108.659.755,07	11.942.128.346,18	14.873.146.038,00	(8.833.468.591,11)	
2021	26260	-	2.100,21	-	(2.100,21)	
2021	37101	-	86.955,24	-	(86.955,24)	
2021	53101	-	141.245,85	-	(141.245,85)	
2021	55901	-	66.344.174.607,60	-	(66.344.174.607,60)	
2021	63101	-	87.523,20	-	(87.523,20)	
2021	81101	-	823.986,19	-	(823.986,19)	
2021	98000	3.563.128,87	-	-	3.563.128,87	
Total 2021		3.112.222.883,94	78.304.504.389,74	14.873.146.038,00	(75.192.281.505,80)	
Ano	Código da UO	Receita realizada	Despesa Empenhada	Dotação Atualizada	Superávit (Déficit)	
2020	25101	-	29.583.818,68	-	(29.583.818,68)	
2020	25206	-	129.000,00	-	(129.000,00)	
2020	25303	2.052.229.411,86	12.514.728.058,31	15.894.177.166,00	(10.462.498.646,45)	
2020	25917	12.495,13	-	-	12.495,13	
2020	53101	-	17.902,93	-	(17.902,93)	
2020	55901	-	61.699.670.326,73	-	(61.699.670.326,73)	
2020	63101	-	347.583,14	-	(347.583,14)	
2020	81101	-	743.762,25	-	(743.762,25)	
2020	98000	44.638.458,59	-	-	44.638.458,59	
Total 2020		2.096.880.365,58	74.245.220.452,04	15.894.177.166,00	(72.148.340.086,46)	

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Gráfico 2 - Déficit Orçamentário



Fonte: SIAFI.

A Unidade Orçamentária do INSS é a 25303 – Instituto Nacional do Seguro Social, no entanto, cabe destacar que o INSS executou despesas oriundas de outras Unidades Orçamentárias por meio de destaque de créditos orçamentários, em especial da UO – 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social no montante de R\$ 66,3 bilhões , porém, não houve a contrapartida de receita orçamentária por essa UO, o que causou a elevação o *déficit* orçamentário do Órgão INSS, conforme consta na Tabela 35.

A Tabela 36 apresenta à conciliação do *déficit* orçamentário dos Exercícios Financeiros de 2021 e 2020, demonstrando as receitas e despesas que contribuíram para o aumento e a diminuição deste resultado nos exercícios comparados.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 37 - Conciliação do Déficit Orçamentário

				R\$	
Déficit	Natureza	Contas	Conciliação	AH(%)	
		Déficit Orçamentário no Exercício	72.148.340.086,46		
		Anterior			
		Serv. Adm. E Comerc. Gerais	55.977.121,27	(93,14)	
	Receita	Inden. Restit. e Ressarcimentos	41.202.616,35	(90,24)	
	Orçamentária	Multas Admin. Contratuais e Judiciais	3.678.197,84	(74,81)	
		Receitas Correntes a Classificar	671,11	(100,00)	
		Receita Orçamentária Total	100.858.606,57		
		Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	4.737.161.208,24	7,70	
		Outros Serviços de Terceiros - PJ	62.744.905,00	19,26	
		Locação de Mão de Obra	48.016.465,60	7,85	
		Contratação p/ Tempo Determinado	43.412.538,99	232,93	
		Outros Serviços de Terceiros - PF	20.779.982,35	31,81	
Varição		Obrig. Tribut. e Contrib. OP. Intra –	10.423.752,40	49,53	
Negativa para		Orçament.			
Apuração no		Pensões Especiais	10.222.922,20	2,14	
Déficit	Despesa	Serviços de Tecn. da Inform. e Comum. - PJ	7.197.579,59	93,68	
Orçamentário	Orçamentária	Diárias - Pessoal Civil	7.089.604,10	79,45	
		Contratação p/ Tempo Determinado	7.043.460,46	146,35	
		Passagens e Despesas com Locomoção	4.986.198,72	22,27	
		Despesas de Exercícios Anteriores	3.635.379,38	123,70	
		Sentenças Judiciais	1.869.193,81	15,34	
		Ressarc. de Desp. De Pessoal Requisitado	1.011.374,99	2,23	
		Sentenças Judiciais	969.008,26	10,38	
				70	



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Déficit	Natureza	Contas	Conciliação	AH(%)
		Outros Serviços de Terceiros - PJ - Intra	613.092,26	234,47
		Obrigações Tributárias e Contributivas	508.124,56	14,54
		Indenizações e Restituições	4.962,25	46,07
		Despesas de Exercícios Anteriores	1.441,13	9,02
		Despesa Orçamentária Total	4.967.691.194,29	
		Subtotal da Variação Negativa para Apuração no Déficit Orçamentário	5.068.549.800,86	
		Cessão de Direitos	(1.101.913.990,82)	55,62
	Receita	Demais Receitas Correntes	(12.031.459,13)	19.719,18
	Orçamentária	Valores Mobiliários	(1.723.636,85)	3.564,21
		Explor. Patrim. Imob. do Estado	(532.038,13)	11,01
		Receita Orçamentária Total	(1.116.201.124,93)	
		Apos. RPPS, Reserv. Remuner. Refor. Militar	(461.169.290,58)	(8,95)
		Pensões do RPPS e do Militar	(104.885.584,00)	(7,01)
Varição		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	(97.156.477,48)	(3,63)
Positiva para		Civil	(97.156.477,48)	(3,63)
Apuração no		Despesas Exercícios Anteriores	(89.244.627,18)	(71,14)
Déficit		Serv. de Tecn. da Informação e Comum. - PJ	(48.330.903,78)	(8,31)
Orçamentário	Despesa	Material de Consumo	(42.742.590,48)	(82,03)
	Orçamentária	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	(19.693.277,25)	(24,26)
		Serviços de Consultoria	(15.000.000,00)	(100,00)
		Obrig. Patronais - Op. Intra - Orçamentárias	(11.541.153,70)	(1,95)
		Indenizações e Restituições	(6.036.895,01)	(5,13)
		Equipamentos e Material Permanente	(4.469.435,97)	(23,65)
		Despesas de Exercícios Anteriores	(1.525.953,21)	(95,64)



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Déficit	Natureza	Contas	Conciliação	AH(%)
		Outros Benef. Assist. do Serv. e do Militar	(1.190.411,57)	(5,40)
		Auxílio - Alimentação	(1.092.992,70)	(0,95)
		Serviços de Consultoria	(1.017.542,49)	(48,79)
		Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Gratuita	(1.008.865,40)	(40,79)
		Obras e Instalações	(928.861,34)	(98,15)
		Auxílio - Transporte	(824.988,16)	(4,81)
		Indenizações e Restituições Trabalhistas	(371.573,60)	(36,05)
		Contrib. A Entidades Fechadas de Previdência	(63.170,76)	(1,94)
		Despesas de Exercícios Anteriores	(33.060,92)	(100,00)
		Contribuições	(30.580,07)	(6,47)
		Despesas de Exercícios Anteriores	(26.583,72)	(32,24)
		Obrigações Patronais	(20.650,28)	(26,51)
		Indenizações e Restituições	(1.636,94)	(100,00)
		Outros Benef. Prev. Do Serv. Ou do Militar	(150,00)	(100,00)
		Despesa Orçamentária Total	(908.407.256,59)	
		Subtotal da Variação Positiva para Apuração no Déficit Orçamentário	(2.024.608.381,52)	
Déficit	Orçamentário		75.192.281.505,80	
Atual				

Fonte: SIAFI.

As receitas orçamentárias que apresentaram aumento de arrecadação no exercício financeiro 2021 comparado com 2020, conforme consta na Tabela 36 foram: “Cessão de Direitos, Demais Receitas Correntes, Valores Mobiliários e Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado”. O aumento verificado na arrecadação dessas receitas foi na ordem de R\$ 1.1 bilhão.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

A receita com “Cessão de Direitos” é oriunda de leilão da folha de pagamento juntos às Instituições Financeiras. O aumento verificado na arrecadação dessa receita, foi decorrente do aumento do principal e dos juros do leilão da folha. O valor principal da arrecadação aumentou 55,62% no Exercício Financeiro de 2021 comparado com 2020, um montante de R\$ 1,10 bilhões enquanto que a arrecadação dos juros caiu em 99,75%, um montante de R\$ 44,9 mil.

A receita arrecadada a título de “Demais Receitas Correntes” apresentou um aumento de 19.719,18% no exercício de 2021 comparado com 2020 em virtude da arrecadação com ônus de sucumbência na ordem de R\$ 12,09 milhões a mais.

A receita com “Valores Mobiliários” corresponde aos pagamentos de juros e correções monetárias decorrentes das remunerações dos saldos dos recursos financeiros não utilizados que se encontram depositados na conta única. Essa espécie de receita apresentou uma arrecadação incremental de 1,72 milhões no exercício de 2021, um aumento de 3.564,21% em relação a 2020.

A receita com Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado aumentou 11,01% no exercício de 2021 comparado com 2020. Essa receita foi formada pelo recebimento do principal de aluguel, que teve um aumento de 13,20% apesar da redução na arrecadação de juros e multas de aluguel na ordem de 97,11%. A arrecadação da receita com Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado” compõe a fonte própria do Órgão.

Dentre as Despesas orçamentárias que tiveram redução no Exercício Financeiro de 2021 comparado com 2020 que merecem destaque foram: Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Material de Consumo, Obrigações Patronais, Auxílio Transporte.

A redução no saldo da despesa com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil e Obrigações Patronais, 3,63% e 1,95% respectivamente, decorreu principalmente devido a redução da força de trabalho em virtude do aumento das aposentadorias dos servidores do Órgão.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

A redução das despesas com Auxílio Transporte (4,81%) e Material de Consumo (82,03) foram decorrentes, principalmente, pela implantação do trabalho remoto nas unidades do INSS como medida para conter o avanço da Covid-19.

Em termos agregados, o valor total dos itens de despesa que contribuíram para a redução do *déficit* orçamentário no Exercício Financeiro de 2021 comparado com 2020 foi de R\$ 908,4 milhões, conforme consta na Tabela 36.

O aumento da despesa com Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso foi a de maior impacto dentre as despesas orçamentárias que contribuíram para o aumento do Déficit Orçamentário no Exercício Financeiro de 2021 comparado com 2020 no total de R\$ 4,74 bilhões, no entanto, cabe destacar que essa despesa é executada pelo INSS por meio de destaque do orçamento do Ministério da Cidadania.

A diminuição da arrecadação das receitas com “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, Indenização, Restituição e Ressarcimentos, Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais e Receitas Correntes a Classificar” contribuíram para o aumento do déficit orçamentário do Exercício Financeiro de 2021 comparado com 2020 no montante de 100,86 milhões, conforme Tabela 36.

A redução de 93,14% na arrecadação na espécie de receita “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais” foi decorrente da cobrança administrativa junto às Instituições Financeiras para ressarcimento dos custos operacionais despendidos pelo INSS com fundamento na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

A queda na arrecadação dessa cobrança foi devido a não alocação de custos das atividades presenciais, justificado pelo fato de que os serviços/atividades ligadas ao consignado, antes prestadas nas dependências das Agências de Previdência Social – APS, passaram a ser prestadas remotamente pelo canal “Portal do Consumidor”, conforme detalhado na Nota Técnica 1 anexa ao processo 35014.137238/2021-58.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

(...)

5. A DIRAT respondeu a requisição do item “1.2.1” feita pelo Despacho nº [3536868](#) por meio do Despacho SADIR nº [3612827](#), anexando as informações na planilha [3867281](#), na qual consta que foram realizados um total de 10.616.806 (dez milhões seiscentos e dezesseis mil oitocentos e seis) atendimentos presenciais nas Agências de Previdência Social – APS durante o exercício de 2020. Destaca-se que, segundo consta no Despacho DMAAT nº [3867293](#) no “2.2”, transcrito abaixo, que o INSS vem tomando medidas preventivas com restrição de atendimentos presenciais nas suas unidades, na forma que somente estão sendo atendidos presencialmente e na forma de agendamentos os serviços constantes no item “2.2.1”. Reforçar-se na resposta pelo item “2.2.2” que os atendimentos referentes aos empréstimos consignados não são realizados nas unidades de atendimento do INSS – APS, de forma que as reclamações sobre esse tema devem ser realizadas no Portal do Consumidor.

“2.2 Quanto ao item 1.2 - 2, salienta-se que desde a publicação dos normativos Ofício SEI Circular nº 8/DGPA/INSS de 16 de março de 2020 e PORTARIA Nº 375 /PRES/INSS, DE 17 DE MARÇO DE 2020 o INSS vem tomando medidas preventivas com restrição de atendimento presencial nas unidades.

2.2.1 Atualmente, em virtude da PORTARIA Nº 1.153/PRES/INSS, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020 as unidades de atendimento têm atendido de forma presencial os seguintes serviços agendados:

- perícia médica;*
- cumprimento de exigências (digitalização e conferência por servidor de documentos originais);*
- serviço social;*
- reabilitação profissional;*
- justificativa administrativa;*
- justificativa judicial;*
- atendimento relacionado ao Monitoramento Operacional de Benefícios; e*
- entrega de documentos por convocação.*

2.2.2 Conforme disposto na página <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/atencao-reclamacoes-sobre-emprestimo-consignado-e-no-portal-do-consumidor>, os atendimentos referentes a empréstimo



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

consignado não são realizados nas unidades de atendimento do INSS (APS), bem como reclamações referentes a este tema devem ser realizadas no Portal do Consumidor uma vez que o empréstimo consignado e o cartão de crédito consignado representam um contrato estabelecido diretamente entre o beneficiário e a instituição financeira contratada. Desta forma, as unidades de atendimento se limitam a fornecer ao cidadão a informação de como proceder para registrar sua reclamação com informativos.”

A Tabela 37 evidencia as contas de Receita do Balanço Orçamentário detalhado ao nível de Espécie de Receita, evidenciando o saldo da Previsão Inicial, Previsão Atualizada e Receita Realizada no exercício financeiro de 2021.

Observa-se na Tabela abaixo que houve um excesso de arrecadação nas espécies de receitas “Valores Mobiliários” no montante de R\$ 1,27 milhão, na receita com “Cessão de Direitos” no montante de R\$ 1,04 bilhão, na receita com “Indenização, Restituição e Ressarcimentos” no total de R\$ 4,17 milhões e na espécie de receitas “Demais Receitas Correntes” no total de R\$ 11,96 milhões apurados pela diferença entre a receita arrecadada e a sua previsão.

Houve frustração na arrecadação nas receitas de capital denominadas de “Operações de Crédito – Mercado Interno” e nas receitas correntes “Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais e com Serviços Administrativos e Comerciais em Geral.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 38 - Receita Orçamentária

Categoria Econômica	Origem Receita	Espécie Receita	Previsão Inicial da Receita	Previsão Atualizada da Receita	Receita Realizada	Execução (%)
Receitas Correntes	Receita Patrimonial	Explor. Patrim. Imob. do Estado	6.542.695,00	6.542.695,00	5.364.620,05	81,99
		Valores Mobiliários	505.248,00	505.248,00	1.771.996,43	350,72
		Cessão de Direitos	2.035.242.196,00	2.035.242.196,00	3.083.174.895,80	151,49
	Receita Patrimonial Total		2.042.290.139,00	2.042.290.139,00	3.090.311.512,28	151,32
	Outras Receitas Correntes	Multas Admin. Contratuais e Judiciais	5.205.609,00	5.205.609,00	1.238.788,16	23,80
		Inden. Restit. e Ressarcimentos	286.903,00	286.903,00	4.456.827,86	1.553,43
		Demais Receitas Correntes	135.411,00	135.411,00	12.092.473,11	8.930,20
	Outras Receitas Correntes Total		5.627.923,00	5.627.923,00	17.788.089,13	316,07
	Receita de Serviços	Serv. Adm. e Comerc. Gerais	32.403.249,00	32.403.249,00	4.123.282,53	12,72
	Receita de Serviços Total		32.403.249,00	32.403.249,00	4.123.282,53	12,72
Receitas Correntes Total			2.080.321.311,00	2.080.321.311,00	3.112.222.883,94	149,60
Receitas de Capital	Operações de Crédito	Operações de Crédito - Mercado Interno	2.993.126.721,00	2.993.126.721,00	-	-
	Operações de Crédito Total		2.993.126.721,00	2.993.126.721,00	-	-
Receitas de Capital Total			2.993.126.721,00	2.993.126.721,00	-	-
Subtotal da Receita			5.073.448.032,00	5.073.448.032,00	3.112.222.883,94	61,34
Subtotal com Refinanciamento			5.073.448.032,00	5.073.448.032,00	3.112.222.883,94	-
Déficit			10.400.387.156,00	9.799.698.006,00	75.192.281.505,80	-
Total			15.473.835.188,00	14.873.146.038,00	78.304.504.389,74	-

Fonte: SIAFI 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

A Tabela 38 apresenta as contas de Despesa do Balanço Orçamentário detalhadas ao nível de elemento de despesa, evidenciando o saldo Dotação Inicial, Dotação Atualizada, o saldo empenhado, liquidado e pago no exercício financeiro 2021.

As despesas orçamentárias no Exercício Financeiro de 2021 foram executadas dentro do limite orçamentário estabelecido.

O percentual de execução de 561,55%, constante na Tabela 38, em relação ao Grupo “Outras Despesas Correntes” foi decorrente da execução da despesa com “Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso”, de competência da UO do Ministério da Cidadania, que destaca o crédito orçamentário ao INSS para executar os pagamentos desse tipo de benefício. Além disso, outras despesas apresentaram execução acima da Dotação Atualizada devido ao fato de utilizarem créditos orçamentários de outras Unidades Orçamentárias, tais como o Fundo Nacional de Assistência Social, Ministério da Economia, Advocacia Geral da União, Ministério de Desenvolvimento Regional, Controladoria Geral da União e Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

A execução das despesas com Sentenças Judiciais, Outros Serviços de Terceiros, Obrigações Tributárias e Contribuições com Operações Intra Orçamentárias e Despesas de Exercícios Anteriores do Grupo de Natureza de Despesa “Outras Despesas Correntes” correspondeu a 3,76%, 31,86%, 45,96% e 32,41%, respectivamente, evidenciando uma economia de despesa acumulada na ordem de R\$ 485,19 milhões, conforme consta na Tabela 38. Os baixos percentuais de execução das despesas a título de Sentenças Judiciais foram devido ao fato que parte deste orçamento é executado junto aos Tribunais Federais.

Em relação as despesas do Grupo de Natureza de Despesa “Pessoal e Encargos Sociais” apresentaram execução orçamentária abaixo da Dotação Atualizada foram: “Aposentadoria RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar (99,72%), Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (99,97%), Sentenças Judiciais (1,09%), Despesas de Exercícios Anteriores (99,16%) e Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado (98,25%). O saldo da economia de despesa acumulada foi na ordem de R\$ 1,29 bilhões.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 39 - Despesa Orçamentária

								R\$
Categ. Econ.	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Exec.(%)
		Aplicações Diretas	(31.899.134,42)	179.617.522,58	-	-	-	-
		Sentenças Judiciais	274.198.246,31	274.198.246,31	10.307.884,71	10.301.341,12	10.234.802,33	3,76
		Despesas Exercícios Anteriores	36.560.103,52	36.560.103,52	36.210.650,24	30.596.123,82	30.083.527,73	99,04
		Indenizações e Restituições	113.632.664,33	113.632.664,33	111.689.505,74	108.398.742,04	101.865.978,98	98,29
		Transferência ao Exterior	(327.344,00)	-	-	-	-	-
		Contribuições	442.344,00	442.344,00	442.343,64	442.343,64	442.343,64	100,00
Despesas Correntes	Outras	Benef. Men. ao Defic. e ao Idoso	-	-	66.272.029.564,81	66.147.810.141,43	63.626.521.362,19	-
	Despesas Correntes	Out. Benef. Assist. Serv. e Mil.	21.385.721,20	21.385.721,20	20.868.690,28	20.859.350,32	19.557.672,71	97,58
		Diárias - Pessoal Civil	14.376.280,89	14.376.280,89	16.012.969,93	16.012.969,93	16.006.801,64	111,38
		Material de Consumo	9.479.485,48	9.479.485,48	9.360.734,92	4.651.626,56	4.642.881,18	98,75
		Mat., Bem ou Serv. p/ Dist. Grat.	1.464.445,85	1.464.445,85	1.464.445,85	828.730,79	828.730,79	100,00
		Passagens e Despesas com Loc.	26.679.094,90	26.679.094,90	27.373.589,14	24.987.911,11	24.624.083,84	102,60
		Serviços de Consultoria	1.068.074,97	1.068.074,97	1.068.074,97	795.584,26	795.584,26	100,00
		Outros Serviços Terceiros - PF	270.266.484,74	270.266.484,74	86.108.802,10	84.984.172,06	78.298.389,10	31,86
		Locação de Mão de Obra	648.038.556,65	648.038.556,65	659.360.907,20	598.592.285,63	594.381.305,45	101,75



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021**

Categ. Econ.	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Exec.(%)
		Outros Serviços de Terceiros - PJ	387.503.447,01	387.503.447,01	388.550.864,45	329.826.978,87	326.433.957,39	100,27
		Serv. Tec. Infor. e Comun - PJ	474.690.828,50	474.690.828,50	533.106.169,35	451.215.574,20	436.894.655,25	112,31
		Auxílio - Alimentação	113.912.354,33	113.912.354,33	113.912.354,33	113.495.867,17	104.497.075,39	100,00
		Obrig Tributárias e Contributivas	4.028.386,35	4.028.386,35	4.003.448,93	3.432.533,18	3.416.197,93	99,38
		Auxílio - Transporte	16.334.077,32	16.334.077,32	16.334.077,32	16.331.257,10	15.205.388,21	100,00
		Pensões Especiais	487.227.406,13	487.227.406,13	487.149.305,37	479.256.682,45	442.418.189,81	99,98
		Outros Serv. de Terc. - PJ - Intra	787.045,82	787.045,82	874.569,02	601.944,07	601.944,07	111,12
		Obrig. Tribut. Contrib. OP. Intra	68.472.967,93	68.472.967,93	31.471.188,25	27.626.484,16	27.626.484,16	45,96
		Despesas de Exerc. Anteriores	214.396,58	214.396,58	69.491,40	8.094,08	8.094,08	32,41
		Indenizações e Restituições	15.733,45	15.733,45	15.733,45	15.733,45	15.733,45	100,00
		Contrat. p/ Tempo Determinado	11.856.095,16	11.856.095,16	11.856.095,16	11.856.095,16	10.903.171,06	100,00
		Outras Despesas Correntes Total	2.950.407.763,00	3.162.251.764,00	68.839.641.460,56	68.482.928.566,60	65.876.304.354,64	2.176,92
		Aplicações Diretas	822.563.856,95	5.958.874,95	-	-	-	-
Despesas Correntes	Pessoal	e Apos RPPS, Res. Remun. R. Mil	4.707.282.632,34	4.707.282.632,34	4.694.052.953,31	4.659.939.680,44	4.393.338.064,11	99,72
	Encargos	Pensões do RPPS e do Militar	1.390.756.454,23	1.390.756.454,23	1.390.756.454,23	1.363.060.454,08	1.281.197.292,14	100,00
	Sociais	Contratação p/ Tempo Determin.	62.049.999,76	62.049.999,76	62.049.999,76	62.049.999,76	57.398.575,87	100,00
		Contrib. Ent. Fechadas de Prev.	3.186.783,62	3.186.783,62	3.186.783,62	3.186.783,62	2.924.755,31	100,00



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021**

Categ. Econ.	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Exec.(%)
		Venc. e Vant. Fixas – Pes. Civil	2.577.443.478,32	2.577.443.478,32	2.576.616.909,81	2.576.603.796,14	2.364.132.506,93	99,97
		Obrigações Patronais	57.231,57	57.231,57	57.231,57	57.231,57	57.231,57	100,00
		Outras Desp. Var. - Pessoal Civil	61.484.613,71	61.484.613,71	61.484.613,71	61.484.613,71	55.923.773,95	100,00
		Sentenças Judiciais	1.293.874.146,30	1.293.874.146,30	14.058.235,37	14.058.235,37	12.718.602,27	1,09
		Despesas de Exerc. Anteriores	6.629.564,58	6.629.564,58	6.574.130,28	6.574.130,28	735.175,96	99,16
		Indenizações e Restituições Trab.	659.032,10	659.032,10	659.032,10	659.032,10	612.052,88	100,00
		Ressar. Desp. Pessoal Requis.	47.254.106,50	47.254.106,50	46.427.537,99	39.965.921,03	39.965.921,03	98,25
		Aplic. Diretas - Oper.Intra – Orç.	36.160.138,74	40.648.674,74	-	-	-	-
		Obrig.Patronais - Op. Intra – Orç	579.538.698,68	579.538.698,68	579.538.698,68	579.534.092,91	579.534.092,91	100,00
		Sentenças Judiciais	64.430,63	64.430,63	-	-	-	-
		Despesas de Exerc. Anteriores	55.862,97	55.862,97	55.862,97	55.862,97	55.862,97	100,00
		Pessoal e Encargos Sociais Total	11.589.061.031,00	10.776.944.585,00	9.435.518.443,40	9.367.229.833,98	8.788.593.907,90	87,55
		Despesas Correntes Totais	14.539.468.794,00	13.939.196.349,00	78.275.159.903,96	77.850.158.400,58	74.664.898.262,54	561,55
Despesas de Capital	Investimentos	Aplicações Diretas	416.964,14	259,14	-	-	-	-
		Ser de Tec. da Infor. e Com. - PJ	15.476.331,99	15.476.331,99	14.880.848,91	1.305.611,30	1.305.611,30	96,15
		Obras e Instalações	17.513,43	17.513,43	17.513,43	16.380,67	16.380,67	100,00
		Equipamentos e Material Perm.	14.428.707,01	14.428.707,01	14.428.707,01	4.509.809,94	4.495.767,44	100,00



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021**

Categ. Econ.	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Exec.(%)
		Despesas de Exerc. Anteriores	17.416,43	17.416,43	17.416,43	17.416,43	17.416,43	100,00
		Investimentos Total	30.356.933,00	29.940.228,00	29.344.485,78	5.849.218,34	5.835.175,84	98,01
		Despesas de Capital Total	30.356.933,00	29.940.228,00	29.344.485,78	5.849.218,34	5.835.175,84	98,01
		Total da Despesa	15.473.835.188,00	14.873.146.038,00	78.304.504.389,74	77.856.007.618,92	74.670.733.438,38	526,48

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Os empenhos emitidos no INSS são majoritariamente do tipo “Estimativo”. Estes tipos de empenho são emitidos pelos valores das despesas correspondentes a todo o exercício financeiro, porém seu pagamento não é realizado de uma só vez, e sim, realizado parceladamente durante os meses do ano ou quando da execução do serviço.

A Tabela 39 apresenta a composição dos tipos de empenhos emitidos nos Exercícios Financeiros de 2021 e 2020. Os empenhos do tipo Estimativo representam 91,94% do total emitidos, trazendo um aumento de 12,03%.

Tabela 40 - Tipos de Empenhos Emitidos

Tipo de Empenho	2021		2020		AH(%)
	Valor	AV(%)	Valor	AV(%)	
Estimativo	71.989.268.198,06	91,94	64.261.654.440,34	86,55	12,03
Ordinário	5.904.920.561,55	7,54	9.085.544.871,11	12,24	(35,01)
Global	410.315.630,13	0,52	898.021.140,59	1,21	(54,31)
Total	78.304.504.389,74	100,00	74.245.220.452,04	100,00	5,47

Fonte: SIAFI.

Os empenhos dos tipos Ordinários e Global apresentaram uma redução de 35,01% e 54,31% no exercício de 2021 comparado com 2020, fazendo com que a participação relativa dos empenhos Ordinários no Exercício Financeiro de 2021 caíssem de 12,24% para 7,54% em 2021.

Durante o Exercício Financeiro de 2021 foram abertos créditos suplementares no montante de R\$ 3,38 bilhões, uma redução de 50,88% em comparação com o Exercício Financeiro de 2020, conforme consta na Tabela 41. Também foram abertos Créditos Extraordinário no montante de R\$ 68,9 milhões e crédito adicional com recursos do Superávit Financeiro no total de R\$ 68,9 milhões no Exercício Financeiro de 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 41 - Créditos Suplementares Abertos no Exercício

		R\$				
Crédito Adicional	Grupo Despesa	Exercício 2021		Exercício 2020		AH (%)
		Saldo	AV (%)	Saldo	AV(%)	
Dotação Suplementar	Pessoal e Enc. Sociais	2.809.175.669,00	79,79	4.300.896.941,00	60,78	(34,68)
	Outras Desp. Correntes	572.756.212,00	16,27	667.732.257,00	9,44	(14,22)
	Investimentos	774.725,00	0,02	2.704.590,00	0,04	(71,36)
	Reserva Contingência	-	-	1.915.372.922,00	27,07	(100,00)
Total - Dotação Suplementar		3.382.706.606,00	96,09	6.886.706.710,00	97,32	(50,88)
Dotação Extraordinária	Outras Desp. Correntes	68.897.392,00	1,96	87.470.969,00	1,24	(21,23)
Total - Dotação Extraordinária		68.897.392,00	1,96	87.470.969,00	1,24	(21,23)
Crédito Adicionais - Superávit Financeiro	Outras Desp. Correntes	68.897.392,00	1,96	102.527.246,00	1,45	(32,80)
Total - Crédito Adicion. Superávit Financ.		68.897.392,00	1,96	102.527.246,00	1,45	(32,80)
Total		3.520.501.390,00	100,00	7.076.704.925,00	100,00	(50,25)

Fonte: SIAFI 2020 e 2019.

Ao final do Exercício Financeiro, as despesas empenhadas, não liquidadas e não pagas são inscritas em Restos a Pagar Não Processados de acordo com a indicação do ordenador de despesa e seu saldo é controlado por meio de conta específica separadamente dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados.

Nota 16 - Restos a Pagar

Durante o exercício financeiro, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em Restos a Pagar, classificados em Restos a Pagar Processados – RAP e Restos a Pagar Não Processados – RPNP.

Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Processados são despesas empenhadas e liquidadas cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços já ocorreram, aguardando somente o estágio de pagamento.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 42 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

							R\$
Categoria Econômica	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Restos a Pagar Processados Inscritos	Restos a Pagar Processados Reinscritos	Restos a Pagar Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Execução (%)
		Sentenças Judiciais	53.745,09	-	953,82	52.791,27	100,00
		Despesas Exercícios Anteriores	13.680,82	6.999.765,39	-	13.680,82	0,20
		Indenizações e Restituições	2.052.138,37	26.685,82	949,45	2.050.898,92	98,70
		Bem. Mensal ao Defic. e ao Idoso	2.341.692.166,49	4.294.127,33	4.294.668,12	2.341.691.625,70	100,00
		Outros Benef. Assist. Serv. e Mil.	1.401.104,58	-	-	1.394.104,53	99,50
		Diárias - Pessoal Civil	22.225,71	18.258,60	2.428,69	21.334,21	56,06
Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	Material de Consumo	155.894,21	23.683,55	-	156.771,32	87,30
		Mat. Bem ou Ser. p/ Distrib. Grat.	267.369,70	21.250,00	-	267.369,70	92,64
		Passagens e Despesas com Locom	253.049,32	84.130,22	-	253.049,32	75,05
		Outros Serviços de Terceiros - PF	6.095.981,19	150,00	-	6.088.604,69	99,88
		Locação de Mão de Obra	8.978.299,35	5.691.069,27	6.267,95	8.805.828,89	60,05
		Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.159.166,07	736.197,81	1.941,68	3.121.125,77	80,16
		Ser. de Tec. da Infor. Comum. - PJ	8.096,80	-	-	8.096,80	100,00
		Auxílio - Alimentação	9.352.573,65	-	-	9.352.573,65	100,00



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Categoria Econômica	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Restos a Pagar Processados Inscritos	Restos a Pagar Processados Reinscritos	Restos a Pagar Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Execução (%)
		Obrigações Tributárias e Cont.	13.751,55	5.394,16	71,31	12.437,21	65,20
		Auxílio - Transporte	970.556,49	-	-	970.556,49	100,00
		Pensões Especiais	37.378.878,93	201.339,51	201.339,51	37.378.878,93	100,00
		Contratação p/ Tempo Determin.	1.024.122,04	-	-	1.024.122,04	100,00
		Total - Outras Despesas Correntes	2.412.892.800,36	18.102.051,66	4.508.620,53	2.412.663.850,26	99,43
		Apos. RPPS, Res. Rem. Ref. Mil.	366.079.474,72	7.574,59	86,62	366.086.962,69	100,00
		Pensões do RPPS e do Militar	104.557.664,15	75.398,02	63.620,15	104.557.664,15	99,99
		Contratação p/ Tempo Determin.	5.095.508,88	-	-	5.095.508,88	100,00
		Contrib. Ent. Fechadas de Previd.	268.260,25	-	-	268.260,25	100,00
		Venc. e Vant. Fixas - Pessoal Civil	266.312.500,61	2.086.072,62	44.985,29	266.911.551,67	99,46
Pessoal Encargos Sociais		Obrigações. Patronais.	6.022,33	-	6.022,33	-	
		Outras Desp. Variáveis – Pes. Civil	4.774.326,12	-	-	4.774.326,12	100,00
		Sentenças Judiciais	1.235.853,84	-	-	1.235.853,84	100,00
		Despesas de Exercícios Anteriores	188.686,10	-	572,88	188.113,22	100,00
		Indenizações e Restituições Trab.	80.783,20	-	-	80.783,20	100,00
		Ressarc. de Desp. de Pessoal Req.	43.202,38	-	-	43.202,38	100,00



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021**

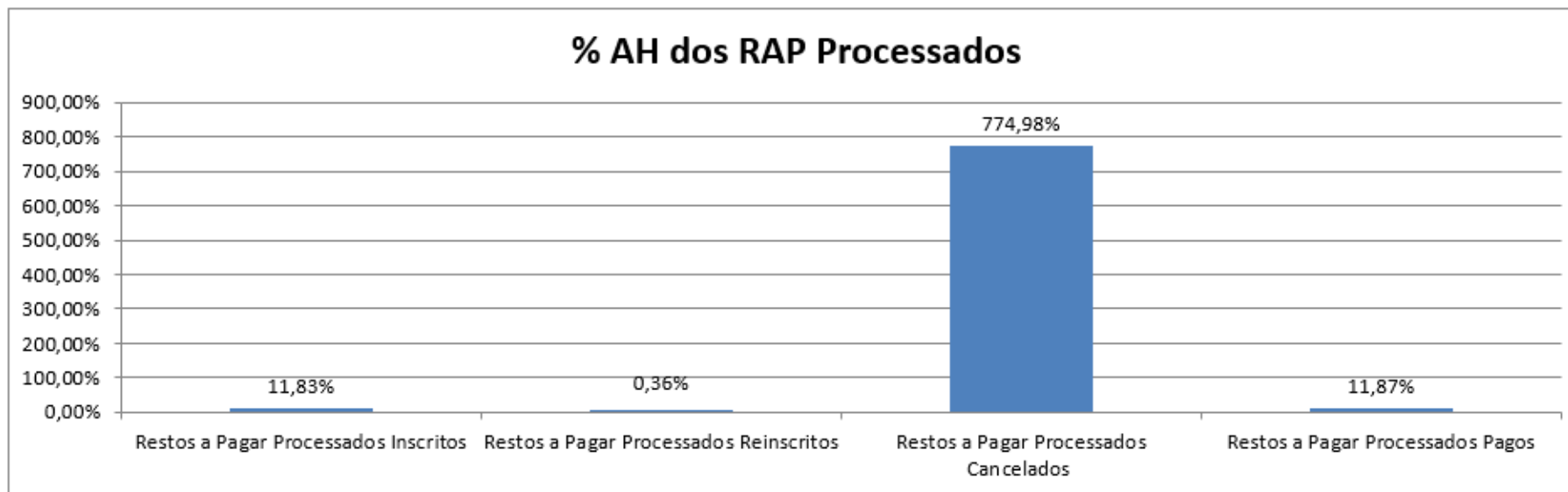
Categoria Econômica	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Restos a Pagar Processados Inscritos	Restos a Pagar Processados Reinscritos	Restos a Pagar Processados Cancelados	Restos a Pagar Processados Pagos	Execução (%)
		Obrig. Patr. - Op. Intra - Orçamen	45.382.870,24	-	-	45.382.870,24	100,00
		Total - Pessoal e Encargos Sociais	794.025.152,82	2.169.045,23	115.287,27	794.625.096,64	99,82
		Despesas Correntes Totais	3.206.917.953,18	20.271.096,89	4.623.907,80	3.207.288.946,90	99,53
Despesas de Capital	Investimentos	Obras e Instalações	95.954,76	145.391,98	-	95.954,76	39,76
		Equipamentos e Material Perman.	-	30.396,11	-	10.665,08	35,09
		Total - Investimentos	95.954,76	175.788,09	-	106.619,84	39,24
		Total - Despesas de Capital	95.954,76	175.788,09	-	106.619,84	39,24
		Total	3.207.013.907,94	20.446.884,98	4.623.907,80	3.207.395.566,74	99,52

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Gráfico 3 - Evolução Percentual da Inscrição e Execução dos RAP Processados



Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

A Tabela 41 compreende a execução dos Restos a Pagar Processados no Exercício Financeiro de 2021, classificado por Grupo de Natureza de Despesa e Natureza de Despesa evidenciando o percentual de execução dessas despesas durante o exercício.

Houve uma execução quase total dos empenhos inscritos e reescritos em RAP Processados durante o Exercício Financeiros de 2021. A exceção ocorreu no grupo “Outras Despesas” nas Naturezas de Despesa “Despesas Exercícios Anteriores”, no qual foi apurado um índice de execução igual a 0,20%, “Diárias - Pessoal Civil”, executado 56,06%, “Locação de Mão de Obra”, com um percentual de execução de 60,05%, “Obrigações Tributárias e Contributivas”, com índice de execução na ordem de 65,20% e, no grupo “Investimentos” na Natureza de Despesa “Obras e Instalações” e “Equipamentos e Material Permanente”, no qual foram executados 39,76% e 35,09% respectivamente.

O Gráfico 03 evidencia a evolução percentual das despesas orçamentárias inscritas e reinscritas nos Exercícios Financeiros de 2021 e 2020. Observa-se que houve um aumento de 11,83% no total dos empenhos inscritos em RAP Processados no Exercício Financeiro de 2021 comparado com 2020, no entanto, também é possível observar que houve um aumento de 11,87% no total dos pagamentos de RAP Processados no período, contribuindo para que haja a manutenção do nível de endividamento do Órgão oriundo de obrigações reconhecidas a título RAP.

Restos a Pagar Não Processados

Os Restos a Pagar Não Processados são despesas empenhadas que ainda não foi finalizado o estágio da liquidação, sendo necessária a indicação pelo Ordenador de Despesa para a efetiva inscrição. Dividem-se em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados em Liquidação.

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar são despesas empenhadas, cujo fornecimento de bens ou prestação de serviços ainda não foram concluídos.

Restos a Pagar Não Processados em Liquidação são despesas empenhadas em que o credor forneceu os bens ou prestou o serviço, contudo a entrega do bem ou serviço se encontram fase de análise e conferência.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Tabela 43 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Não Processados

Categoria Econômica	Grupo Despesa	Natureza Despesa	R\$					Execução (%)
			Restos a Pagar Não Processados Inscritos	Restos a Pagar Não Processados Reincritos	Restos a Pagar Não Processados Cancelados	Restos a Pagar Não Process. Liquidados	Restos a Pagar Não Process Pagos	
Despesas Correntes	Outras Despesas Correntes	Sentenças Judiciais	7.365,55	-	5.693,55	1.672,00	1.672,00	100,00
		Despesas Exercícios Anteriores	318.153,75	348.918,38	348.918,40	304.223,62	304.223,62	95,62
		Indenizações e Restituições	7.723.750,71	239.904,55	951.896,40	6.745.155,57	6.745.155,57	96,20
		Bem. Mensal ao Defic. e Idoso	28.952,89	144.420.190,35	144.420.190,35	-	-	-
		Material de Consumo	2.344.603,46	499.654,12	751.644,90	1.679.013,02	1.679.013,02	80,24
		Mat, Bem ou Serv Distrib. Grat	1.286.762,97	3.429.829,63	1.003.841,96	2.942.808,44	2.942.808,44	79,26
		Passagens e Despesas com Loc.	1.179.123,64	115.302,89	142.146,17	990.365,82	990.365,82	85,95
		Serviços de Consultoria	1.285.640,43	130.905,68	130.905,68	246.671,74	246.671,74	19,19
		Outros Serviços Terceiros - PF	1.362.315,11	29.660,13	250.526,40	1.017.705,66	1.017.705,66	89,16
		Locação de Mão de Obra	43.402.469,36	1.510.253,19	2.676.446,96	37.967.472,43	37.967.472,43	89,89
		Outros Serviços de Terceiros - PJ	53.907.659,37	7.857.964,88	16.808.859,78	35.437.613,15	35.432.443,15	78,81
		Serv. Tec. da Inf. e Comun - PJ	152.781.678,71	3.976.703,90	4.478.818,26	126.929.032,64	126.929.032,64	83,35
		Obrigações Tributárias e Contrib	341.511,65	84.218,21	203.854,23	184.945,67	184.945,67	83,36
		Pensões Especiais	1.675.142,68	2.400.104,66	2.400.104,66	-	-	-
Outros Serv. de Terc. - PJ - Intra	48.366,95	2.874.459,22	2.873.918,11	27.990,22	27.990,22	57,23		
Obrig. Trib. Cont. OP. Intra-Orç.	2.544.484,28	160.898,72	685.609,20	2.019.773,80	2.019.773,80	100,00		



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021**

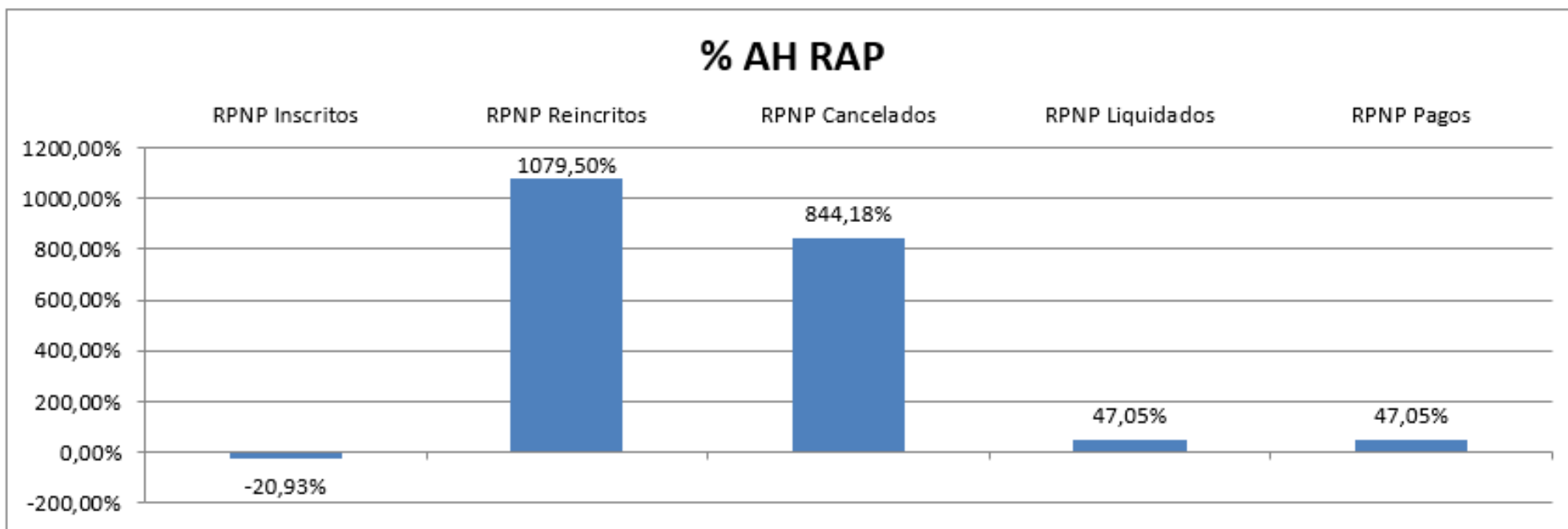
Categoria Econômica	Grupo Despesa	Natureza Despesa	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Execução (%)
			Não Processados Inscritos	Não Processados Reincritos	Não Processados Cancelados	Não Process. Liquidados	Não Process Pagos	
		Indenizações e Restituições	7.473,79	-	7.473,79	-	-	-
		Serviços de Consultoria	15.000.000,00	-	-	15.000.000,00	15.000.000,00	100,00
		Total - Outras Despesas Correntes	285.245.455,30	168.078.968,51	178.140.848,80	231.494.443,78	231.489.273,78	84,12
		Apos. RPPS, Res. Rem. Ref. Mil	3.514.313,66	28.591.192,84	28.591.192,84	-	-	-
	Pessoal	Pensões do RPPS e do Militar	7.204.062,24	34.304.631,09	34.304.631,09	11.485,83	11.485,83	0,16
	Encargos	Out Benef. Prev. Serv. ou do Mil.	111,45	10,42	10,42	-	-	-
	Sociais	Venc. e Vant. Fixas – Pes. Civil	1.157.228,36	1.635.620,08	2.266.778,52	526.069,92	526.069,92	100,00
		Ressarc. Desp. De Pessoal Req	11.455.697,62	-	3.458.688,57	7.997.009,05	7.997.009,05	100,00
		Obrig Patronais - Op. Intra – Orç.	-	8.431,99	8.431,99	-	-	-
		Total - Pessoal e Encargos Sociais	23.331.413,33	64.539.886,42	68.629.733,43	8.534.564,80	8.534.564,80	44,35
		Total - Despesas Correntes	308.576.868,63	232.618.854,93	246.770.582,23	240.029.008,58	240.023.838,58	81,52
		Serv. de Tec. da Inf. e Com - PJ	7.683.269,32	11.232.540,94	11.192.080,18	3.700.400,76	3.700.400,76	47,91
	Despesas de Capital	Investimentos Obras e Instalações	850.420,01	673.566,42	183.599,09	804.742,98	804.742,98	60,04
		Equipamentos e Material Perm.	17.271.884,35	495.211,01	337.054,36	7.306.460,40	7.306.460,40	41,92
		Total - Investimentos	25.805.573,68	12.401.318,37	11.712.733,63	11.811.604,14	11.811.604,14	44,58
		Total - Despesas de Capital	25.805.573,68	12.401.318,37	11.712.733,63	11.811.604,14	11.811.604,14	44,58
		Total	334.382.442,31	245.020.173,30	258.483.315,86	251.840.612,72	251.835.442,72	78,47

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

Gráfico 4 - Evolução Percentual da Inscrição e Execução dos RAP Não Processados



Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
2021

A Tabela 42 compreende a execução dos Restos a Pagar Não Processados no Exercício Financeiro de 2021, classificado por Grupo de Natureza de Despesa e Natureza de Despesa evidenciando o percentual de execução dessas despesas durante o exercício.

Do total dos empenhos inscritos e reinscritos em RPNP, 44,61% do total foi cancelado durante o exercício financeiro e 78,47% do total foram pagos. Em relação ao grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, observa-se uma execução de somente 44,35%. A baixa execução dos empenhos inscritos e reinscritos em RPNP no Grupo “Pessoal e Encargos Sociais” foi devido à não execução das despesas com Aposentadoria RPPS, Reserv. Remuner. e Refor. Militar (0,00%) e Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar (0,00%), somado com Pensões do RPPS e do Militar (0,16%).

O Gráfico 04 evidencia a evolução percentual das despesas orçamentárias inscritas e reinscritas em RPNP nos Exercícios Financeiros de 2021 e 2020. Observa-se que houve uma redução de 20,93% no total dos empenhos inscritos em RPNP no Exercício Financeiro de 2021 comparado com 2020, e um aumento de 47,05% no saldo de RPNP pagos.

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL